

QUADRANTE



jornal
da
associação
académica

da faculdade de direito * lisboa

10

tro, e, em última instância, do próprio País.

I — NECESSIDADE DE COOPERAÇÃO

1. Qualquer Governo toma em consideração, nas despesas a realizar com a execução dos seus planos de desenvolvimento económico, as que dizem respeito ao chamado investimento intelectual. Isto quer dizer que anualmente o Estado — falemos do Estado português — afecta determinadas verbas à Educação Nacional, desde o ensino primário até

ção da sua juventude, como se verifica que esse capital tem também a sua produtividade, diferida, é certo, mas que não deixará, normalmente, de verificar-se. E essa produtividade manifesta-se no trabalho profissional que, no futuro, os actuais estudantes virão a colocar ao serviço do País.

Portanto, as verbas referidas representam um esforço de apetrechamento em técnicos e investigadores de que a Nação carece para o total aproveitamento das suas potencialidades.

Analisando a situação

a cooperação

EDITORIAL

Aparece este número do «Quadrante» — o primeiro de uma série de cinco números projectada para o corrente ano — num momento crucial na vida dos estudantes e das organizações estudantis.

Efectivamente, os problemas com que nos defrontamos têm vindo a crescer de ano para ano em extensão e complexidade. Ademais, os horizontes vão-se também consideravelmente ampliando e novos e necessários campos de acção ficam a descoberto. Sonhos de ontem são hoje realidades. O fenómeno da consciencialização, apesar das forças dissociativas, continua o seu processo de normal desenvolvimento. O sentimento da responsabilidade do universitário empurra-o para a acção esclarecida.

A ocasião é, pois, propícia, para uma revisão da actual situação do aluno universitário no seio da Universidade.

Sensível a este estado de espírito, o «Quadrante» julgou oportuno abordar, antes de mais, a questão das relações entre o corpo discente e o corpo docente, já que uma tal abordagem implicava necessariamente uma definição inequívoca da nossa posição de universitários.

É que, realmente, uma Universidade não é um conjunto de edifícios, mais ou menos próximos, mais ou menos sumptuosos. É um agregado humano, onde se

(Continua na pág. 16)

NA UNIVERSIDADE

INTRODUÇÃO

Da própria leitura do presente trabalho se tira, facilmente, que nele se não adere nem ao sindicalismo, nem ao corporativismo universitários. Efectivamente, as discussões em torno da primazia a dar a qualquer destas duas correntes são substancialmente irrelevantes, dado que em face da realidade da Universidade portuguesa, essas disputas surgem mais como questões de terminologia do que como problemas de fundo. Já se disse que «em Portugal não há, nem sindicalismo, nem corporativismo universitários: há, apenas, associativismo». Esta frase condensa exactamente o nosso pensamento, na medida em que mostra, com clareza exemplar, que o mais importante é a procura dos meios que mais aptos se revelam para atingir um fim que temos como certo: a colocação da Universidade ao serviço da Nação. Tudo o mais, não passa de discussões que apenas servem para nos desviar dos nossos verdadeiros problemas.

Nestes termos, este artigo limita-se a sistematizar algumas considerações sobre a Universidade, baseadas na análise, não só da situação actual, mas também, e principalmente, das necessidades efectivas dos elementos que sociologicamente a compõem, por um lado, da própria Universidade, por ou-

ao ensino superior, e que essas verbas devem ser consideradas, em termos económicos, como uma parcela do investimento nacional.

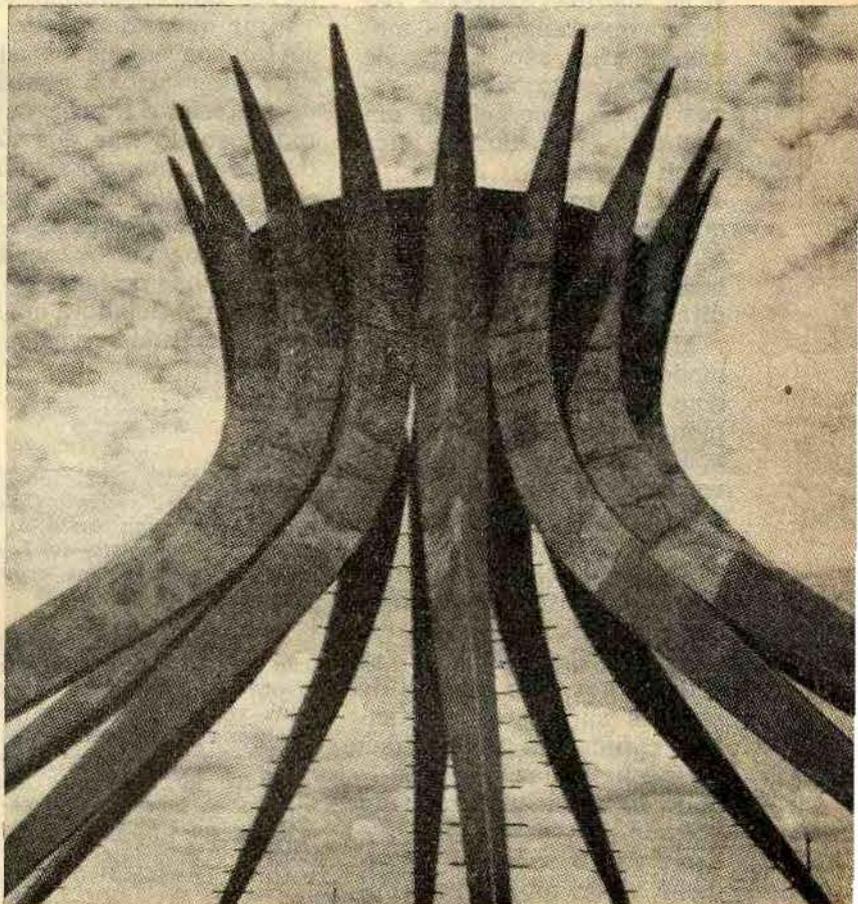
Efectivamente, não só a Nação suporta sacrifícios, privando-se de certas regalias em ordem a canalizar essas somas para a educa-

ção da sua juventude, como se verifica que esse capital tem também a sua produtividade, diferida, é certo, mas que não deixará, normalmente, de verificar-se. E essa produtividade manifesta-se no trabalho profissional que, no futuro, os actuais estudantes virão a colocar ao serviço do País.

Portanto, as verbas referidas representam um esforço de apetrechamento em técnicos e investigadores de que a Nação carece para o total aproveitamento das suas potencialidades.

(Continua na pág. 4)

• JORGE SANTOS





Mais um grande passo foi dado no sentido da instalação de um Lar dos Estudantes de Direito, velha aspiração dos sócios da A. A. F. D. L. que, com o decurso dos anos, iam desesperando de a ver, algum dia, concretizada.

Pois no dia 17 de Janeiro de 1961, a Direcção tomou de arrendamento uma moradia de dois pisos — de que damos um aspecto — situada na Estrada das Telheiras, bastante perto, portanto, da Faculdade.

Quadrante não poderia deixar passar em claro este acontecimento, até porque está certo de que nenhum sócio lhe ficou indiferente. E se algumas palavras parecem oportunas neste momento, elas são, antes de mais, de congratulação e regozijo pela superação de um obstáculo que tantos anos levou a vencer.

Mas para lá da alegria que nos provoca, esta questão do Lar impõe-nos também uns momentos de meditação.

Mal se compreende uma moderna organização do ensino que se alheie, por completo, de problemas que, na aparência marginais, são na verdade de importância capital para o aproveitamento escolar. Dentre eles avulta o da habitação estudantil, principalmente num país como o nosso em que a escassez de Universidades faz acorrer aos três centros de estudos superiores existentes, estudantes vindos das mais longínquas paragens — quer do continente, quer do próprio Ultramar — e que deste modo se vêem forçados a viver, longe das famílias, em quartos de pensão ou de casas particulares, quantas vezes sem um mínimo de condições propícias a um estudo calmo e repousado.

Ao Estado compete a resolução deste problema, mediante a construção de Lares ou residências universitárias com capacidade para albergar esses milhares de estudantes que se encontram

nas condições acima referidas. E pena é que na construção da Cidade Universitária de Lisboa esse assunto ainda não tenha visto concretização prática, o que é tanto mais doloroso quanto se vêm construir edifícios de utilidade imediata bem mais discutível e cuja construção é muito menos urgente do que a dos Lares de habitação — recordemos a gigantesca Reitoria.

E assim, *Quadrante* tem de lamentar que a Associação Académica se tenha visto forçada, não obstante a exiguidade das verbas de que dispõe, a tomar sobre os seus ombros a responsabilidade do arrendamento do seu Lar, esperando, todavia, de quem de direito que sejam concedidos os subsídios necessários à aquisição de material e à própria manutenção do Lar dos Estudantes da nossa Faculdade.

De qualquer modo, mesmo que esta esperança seja inútil, mais vale o sacrifício que teremos de fazer do que a inércia estioladora em que, neste capítulo, vivemos até agora.

★ ★ ★

No dia 17 de Janeiro, a Direcção enviou à Fundação Calouste Gulbenkian uma carta, a propósito do problema do Lar, de que reproduzimos os seguintes passos:

«Mais do que nunca, a Direcção da A.A.F.D.L. sentiu a urgente necessidade de encontrar uma verdadeira solução para o problema do alojamento dos seus associados, que em condições mais do que precárias abandonaram os lares familiares para estudar na Universidade de Lisboa.

avolumado as desastrosas consequências de uma não resolução de um «statu quo», formado à base de uma situação precária estudantil e de promessas de a resolver a longo prazo.

Não deve ser considerado como solução o sistema utilizado, à falta de outros meios, de arrendamento de quartos mobilados na cidade. Este sistema traz, pelo contrário, desvantagens e sérios perigos para a formação, educação e independência do estudante universitário.

O estudante que habita um quarto mobilado em casa alheia não pode entregar-se à meditação terminadas as aulas, estuda as suas matérias num local onde não pode isolar-se de pessoas que lhe são completamente estranhas. Trabalha no ruído e na agitação e muitas vezes com um fundo sonoro constituído por emissões de rádio e de televisão, às quais essas pessoas não querem renunciar. Torna-se incapaz de concentrar a atenção sobre matérias que exigem um grande esforço intelectual. Toda a sua formação se ressenteste «modus vivendi».

[...] A verdade é que, mesmo nestas condições, são raros os estudantes que podem suportar as rendas dos quartos mobilados em casas de primeira categoria. A razão é que têm de conciliar o arrendamento com as suas magras disponibilidades financeiras, mais exíguas do que se pode pensar à primeira vista. Daí a procura exaustiva de quartos mobilados se exercer em relação às casas de quarta ou quinta categoria, em que, apesar de tudo, pagam um arrendamento médio de cerca de quatrocentos e cinquenta escudos. Nestes casos se, por um lado, deixa de existir fundo sonoro constituído por emissões de rádio e de televisão, que o orçamento dos arrendatários não permite suportar, por outro lado é conflagrador o primitivismo do quarto, quase sempre acanhado e desprovido das mais elementares condições de higiene e conforto.

Além disso, debaixo de um ponto de vista moral, o sistema de arrendamento do quarto mobilado oferece ao estudante uma promiscuidade perigosa.

Acrescente-se a tudo isto o facto de certos arrendatários aproveitarem a crise habitacional para imporem condições inqualificáveis aos estudantes, tais como: «nada de estudantes de cor», «o quarto não pode ser ocupado durante o dia», «nada de visitas», «nada de banhos», «está proibida a luz depois das 23 horas».

[...] Muito se tem falado, a propósito do que acabámos de explicar, das Residências Universitárias. Muito têm esperado os estudantes do que para eles representava uma solução capaz para o seu problema habitacional. E o mais grave é que, se o não tentarem resolver pelos próprios meios e espírito de iniciativa, muito mais terão de esperar. Isto mesmo pôde ser oportu-

[...] A Direcção da A.A.F.D.L., procurando obviar a todos os graves inconvenientes apontados, arrendou perto da Cidade Universitária uma moradia pela qual terá de pagar uma renda mensal de dois mil e seiscentos escudos.

Esta moradia, convenientemente mobilada, poderá albergar vinte estudantes, escolhidos de entre os que, pela sua situação mais delicada, mais beneficiarão de uma efectiva integração na vida universitária. Dentro desta ideia, houve o maior cuidado na escolha do Lar, tanto mais que as condições que lhe exigíamos (possibilidade de proporcionar um estudo calmo, quartos espaçosos, luz e ar, boas condições de higiene, proximidade da Cidade Universitária e arrendamento em condições razoáveis) não eram fáceis de encontrar.

Para tanto, sofremos do grave óbice de não podermos suportar o encargo representado por todas as despesas iniciais, concernentes à criação e funcionamento do Lar. Com efeito, o montante dessas despesas iniciais foi orçado na base dos oitenta e cinco mil escudos.

[...] a Direcção da A.A.F.D.L. intérprete dos anseios da sua massa associativa, solicita de V. Ex.ª se digno conceder um subsídio de oitenta e cinco mil escudos para que o projecto do Lar do Estudante de Direito se transforme numa realidade actuante no seio do movimento estudantil universitário».

MÚSICA

No dia 13 de Dezembro último, realizou-se na Sala de Convívio da Faculdade de Direito, uma audição de música gravada de Brahms.

Álvaro Leon Cassuto fez uma breve introdução à Sinfonia n.º 3, que tinha seleccionado como das mais representativas do compositor.

Depois do enquadramento histórico do seu autor, falou dos seus processos técnicos, relacionando-os com os dos seus contemporâneos.

Ouviu-se depois o 1.º andamento da Sinfonia, cuja estrutura Leon Cassuto explicou à assistência (cerca de 25 pessoas). Para melhor entendimento da evolução dos processos musicais, Cassuto fez ouvir a Sinfonia n.º 40 de Mozart, tendo reduzido o seu 1.º andamento a um esquema gráfico, que comparou com outro esquema da Sinfonia de Brahms.

A assistência seguiu com vivo interesse os comentários e ouviu atentamente toda a Sinfonia, tendo, por vezes, interpellado o nosso colega Leon Cassuto, pedindo esclarecimentos.

De lastimar o reduzido número de presenças e, principalmente, o facto de, tendo sido integrada na Semana de Recepção aos Caloiros, estes, praticamente, estarem ausentes.

Jorge Liz

doce lar...

E isto porque a situação destes nossos colegas, de ano para ano, se tem tornado mais crítica, de ano para ano, se têm

tunamente comprovado por intermédio de declarações feitas e diligências efectuadas junto de quem de direito.

jorge liz

Menos do que uma crítica do recente filme «Rocco e seus Irmãos», pretende este artigo ser um apanhado das ideias fundamentais com que fiquei, depois de ter participado no colóquio sobre cinema que, na Faculdade de Direito, se realizou, no passado mês de Dezembro, toman-do-o, precisamente para tema.

Do ponto de vista puramente estético ou formal, conseguiu Visconti atingir, neste filme, um alto nível de verdadeira realização cinematográfica. Estamos muito longe, já, das «Noites Brancas», do «Sentimento», ou mesmo da «Bellissima».

Apesar deste notável progresso na maneira de fazer cinema, algumas cenas ressentem-se ainda, do encenador teatral que Visconti é. Recorde-se, por exemplo, a cena da morte de Nadia (aqueles braços abertos, em cruz), algumas passagens da luta dos dois irmãos, a conversa de Nadia com Rocco, no cimo da Catedral (não obstante o grande simbolismo da cena), as mãos de Rocco e Simone quando caem na cama, a própria cena da violação de Nadia. Nestas cenas, e noutras, não só se fez mau cinema, como o próprio valor expressivo das imagens saiu diminuído, tornando-se, por vezes a intensidade dramática praticamente nula.

A regra, porém, no filme, é uma excelente realização, uma direcção competíssima das personagens, uma encenação de primoroso realismo, um cuidado extremo na gravação da banda sonora, e, nomeadamente, um jogo de luz surpreendente (recorde-se, por exemplo, aquela parede cruelmente branca, fortemente iluminada, que ocupa todo o ecran, enquanto se ouvem os irmãos lutar, no escuro). E isto, se não é tudo mérito próprio de Visconti, é a ele que se deve o ter sabido escolher, para colaboradores, verdadeiros especialistas e mestres da técnica cinematográfica.

A destacar, ainda, neste ponto de vista puramente plástico, a inigualável interpretação de Annie Girardot, que consegue mesmo abafar a de Alain Delon, nas passagens em que contracenam.

Se abandonarmos, mas não totalmente, o prisma puramente formal, para nos debruçarmos sobre o conteúdo do filme, uma primeira distinção nos parece legítima estabelecer, para uma metódica e, portanto, útil exposição de ideias, se bem que, naturalmente, sujeita a todas as críticas que uma distinção deste teor consigo mesma, necessariamente, coenvolve — a distinção entre os planos individual, familiar e social.

Desenvolve-se, com efeito, a acção do filme, concomitantemente nestes três sectores. Mas, e adiantando já a conclusão, em qualquer deles, a forma como são tratados não foi feliz.

Nomeadamente, na própria relação de subordinação dos diferentes planos. Na realidade, e nisto vai já uma crítica, o plano social domina os outros dois. Ora, há temas que servem para ser postos em arte e temas que não servem. E, se o problema habitacional pode dar um mau filme, como é o «Teto», o problema do êxodo do campo para a cidade pode dar um bom filme, sem que isso legitime a temática desenvolvida.

É, com efeito, a arte, em qualquer das suas manifestações, uma forma de expressão de sentimentos ou de ideias puramente individuais. Nesta medida, a melhor ou pior forma com que se

expressem, por forma artística, quaisquer problemas de ordem não estritamente individual, só é legítima, na medida em que eles constituam, também, um problema pessoal. De outra forma emprega-se um meio inadequado, para atingir um fim, que até pode ser dos mais meritórios.

Não foi, porém, assim que procedeu Visconti, recuando, mesmo na sua própria feição de fazer cinema, muito para aquém do que o neo-realismo já tinha conseguido, com essa obra-prima que é «O Grito». Na realidade, não parece legítimo, e isto ainda como consideração abstracta, independentemente da apreciação da forma como concretamente esse tema seja tratado, tomar para conteúdo de um filme qualquer problema social, para o tratar como tal, unicamente indo buscar certo caso, por que mais representativo, num sistema de amostragem sociologicamente tão criticável, quanto, artisticamente, de reprovar em absoluto.

vela-se de péssimo gosto no contexto geral da obra.

Mas não é só o problema social que fica por resolver. Partindo de premissas erradas ou, pelo menos, mal coordenadas, o problema familiar (o pai morto, a mãe que não sabe educar os filhos, o abandono destes a uma cidade hostil), aliás posto com grande realismo, revela-se insolúvel. Não convence o casamento de necessidade de Vincenzo; não convence, igualmente o próximo casamento, por conveniência, de Ciro, com uma menina boa, bonita, prendada e rica.

Por outro lado, a má interpretação da mãe, salvo algumas cenas em que o esforço de direcção conseguiu resultados razoáveis, prejudica, de forma irremediável o próprio processamento real do afastamento dos filhos, que a cena da última ceia, com sabor vagamente bíblico, não consegue iludir.

Mas é no plano puramente individual que a forma deficiente

ROCCO e os seus irmãos

de analisar os problemas mais se faz sentir. Nomeadamente, o recorte psicológico, quase linear, de Rocco, por um lado, e de Simone, por outro, marcam um retrocesso nos processos do neo-realismo em geral — recorde-mos, por exemplo, o «HUMBERTO D.» ou a «ESTAÇÃO TERMINUS» — e, em particular, na própria maneira de Visconti fazer cinema — por exemplo, a rapariga das «NOITES BRANCAS» ou a Condessa do «SENTIMENTO».

A falta de consistência psicológica das duas personagens principais, quase pré-determinadas por invencível fado, só é contrabalançada, no conjunto do filme pela figura dominadora de Nadia, plenamente livre — quase diríamos, absurdamente livre — única que atinge a verdadeira dimensão pessoal. Com efeito, ela é a síntese humana, real, das duas abstracções Simone e Rocco: ocasião de queda para um, esperança de salvação para outro; abismo (violação, cena na casa de jogo) e altura (cena da catedral); pecado (primeira ligação com Simone no quarto dela) e pureza (encontro com Rocco, que acaba de sair do quartel).

Todos os outros não passam de puros entes, tipos psicológicos esquemáticos (Rocco o bom e Simone o mau) ou simples propagandistas de ideias desconexas e mal alinhavadas (Ciro e Vincenzo).

No conjunto, fica-se com a sensação de ter assistido a um bom trabalho de modelagem... mas o modelo é que não prestava. Como na parábola dos talentos, é pena que Visconti não tenha sabido investir melhor aqueles que, inegavelmente, possui, e tão abundantemente.

E se, à guisa de conclusão, perguntarmos — porque foi para isso que Visconti o lá pôs — o que vai ser Luca, como vai ele viver, ele que representa a esperança dum futuro (melhor?) não saberemos responder. Ele não será, de certo, um criminoso, nem terá, também a bondade estulta de Rocco; mas não se encontrará, igualmente, numa vida burguesa de casado ou trabalhando no dia a dia monótono de uma fábrica.

Isto devemos agradecer a Visconti — ter conseguido dar-nos, mesmo sem querer, uma personagem que, sendo tratada, durante todo o filme como um objecto, de que todos dispõem (a mãe manda-o para a cama, Ciro e Simone disputam-no, Rocco ama-o, Vincenzo acaricia-o, Nadia provoca-o), se descobre com verdadeira dimensão de ontologia existencial, depois daquele terminado. E, se não nos fica nenhuma linha orientadora, nenhuma solução válida, nenhum absoluto, fica-nos, pelo menos, a esperança de que, ao contrário do que nos diz Rocco, num simile Evangélico tão próximo, ainda não está tudo acabado, de que, para além do fim, (que não é o que Visconti quis que fosse), há qualquer coisa mais

— qualquer coisa como uma redenção ou recriação, a partir dessa terra que nem pedras dá...

No dia 15 de Dezembro último, realizou-se, na Sala do Convívio da Faculdade de Direito, o 1.º colóquio sobre cinema, deste ano lectivo.

O tema — o filme «Rocco e os seus irmãos» — foi tratado pelo senhor Luís de Pina, que começou por fazer o enquadramento histórico de Visconti no panorama do cinema actual. Falou, em seguida, dos filmes que, do mesmo realizador, já passaram em Portugal, para com esta perspectiva analisar mais de perto «Rocco e os seus irmãos». Depois de brevemente contar a história do filme, procurou fazer ressaltar os aspectos técnicos da obra, para, finalmente, apreciar o fundo do filme, apontando o grande realismo e a extraordinária maestria de Visconti.

Para uma melhor compreensão por parte da assistência (mais de 30 pessoas), leu Luís de Pina as passagens do filme que foram amputadas na versão que correu entre nós.

Concluiu, finalmente, com uma interessante tentativa de aproximação do filme da história bíblica de José e os seus irmãos, mostrando os possíveis pontos de contacto.

Seguiu-se um animado debate em que se discutiram as ideias fundamentais do expositor e do realizador, sem esquecer as apreciações de carácter puramente técnico. Entre outros, expuseram as suas opiniões os colegas Mendes de Almeida, Maldonado, Ferreira Gomes e o autor destas linhas.

de produtos autóctones, e que à Universidade cumpre, mais do que a qualquer outra entidade, preservar. Efectivamente, a missão desta é tripla: conservar o património cultural da Nação; aumentá-lo, através da investigação; difundi-lo, através do ensino. As actividades de investigação e de ensino, já acima foram referidas. Agora, olhando predominantemente para a Universidade enquanto repositório ou guardiã desse património, logo vemos que também aqui ela deve estar à altura de cumprir o mandato que a Nação lhe confiou.

2. É necessário, para que o interesse nacional seja prosseguido pela Universidade, que esta esteja apetrechada de forma a que possa corresponder ao esforço nacional, expresso no investimento estadual. E assim nos surge desde logo, como princípio básico da organização universitária, o da autonomia da Universidade.

De facto, o verdadeiro interesse nacional reside na preparação de técnicos e investigadores dotados de verdadeiro espírito científico e que, como tais, se mantêm à margem das oscilações dos barómetros políticos e das convicções ideológicas dos regimes vigentes. Que, em suma, à transitoriedade destas ideologias, oponham, sempre e só, a eterna busca da verdade científica, considerada como valor em si.

A autonomia da Universidade, definida como a susceptibilidade desta de resolver por si os problemas que lhe concernem, de modo a poder desempenhar a sua tarefa de total dedicação à causa da Ciência, livre de pressões exteriores que a desvirtuem e a degradem à categoria de instrumento partidário, vem a reflectir-se na liberdade do ensino, condição fundamental para uma ampla ventilação das ideias, para um vasto debate de todas as aquisições da ciência, para a compreensão integral de todas as posições doutrinárias, pressupostos sem a verificação dos quais não é possível a preparação de técnicos com a competência requerida nem de verdadeiros homens de ciência.

Esta ideia é fundamental, e não é demais repeti-la: para lá das mutações políticas, permanece a unidade essencial da descoberta científica. Por isso a Universidade tem de ser autónoma, livre de todas as pressões exteriores que sobre ela ten-

dem a verificar-se, porque assim o exigem os supremos interesses da Nação.

3. Demonstrada a necessidade da autonomia universitária, há que definir melhor o que se deve entender por este conceito de autonomia.

Numa primeira noção, podemos dizer que, enquanto aplicado à Universidade, ele significa o reconhecimento da capacidade dos seus membros para a auto-gestão.

Mas quais são, afinal, esses membros? Se aceitarmos aquela triplicidade de funções da Universidade, a resposta é fácil: por um lado, os que investigam e ensinam; por outro, os que aprendem. Por outras palavras, os Professores e os Alunos. Todos os demais que se albergam no seio da Universidade são simples serventuários desta, funcionários a quem a Nação paga para que, libertando os Mestres e os Estudantes de tarefas burocráticas, assegurem uma total dedicação destes ao ensino e à aprendizagem.

Podemos portanto concluir, mais rigorosamente, que a autonomia da Universidade representa o reconhecimento da capacidade dos Professores e dos Alunos para a auto-gestão.

4. Se assim é, a atribuição apenas a alguns dos membros da Universidade do direito de gestão é a negação absoluta da ideia de autonomia.

Vimos que a autonomia se resume na auto-gestão da Universidade pelos seus membros, pelos Professores e pelos Alunos. Efectivamente, se a gerência universitária competir a outrem que não a estes membros, haverá que falar, preferentemente, em heteronomia.

Ora sendo assim, torna-se por demais evidente que na medida em que não for concedida a Mestres e a Estudantes, por igual, a possibilidade de participação efectiva no governo da Universidade, a ideia de autonomia não passará de simples letra morta. *Gestão pelos*

1.º) A Universidade tem de ser autónoma, porque só assim ela estará apta a corresponder aos interesses nacionais, através um ensino livre e aberto.

2.º) A autonomia da Universidade representa

o governo desta pelos Professores e pelos Estudantes.

Chegados a este ponto, temos para nós igualmente justificada a necessidade de cooperação entre o Corpo Docente e o Corpo Discente.

Evidentemente, não devemos esquecer a possibilidade

(Continua na pág. 12)

A COOPERAÇÃO NA UNIVERSIDADE

membros, não é o mesmo que gestão por alguns desses membros, e se para aquela reservamos a designação de autonomia, até por exclusão de partes se demonstra que não se poderá dar o mesmo nome a esta.

5. Rememorando, esquematicamente, o que fica dito, temos pois demonstrado que:

CINE CLUBE UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

Próximas Sessões:

FORMATO NORMAL

CINEMA NOVO:

31/1/62 — Vício de Matar, de Arthur Penn

14/2/62 — Torero, de Carlos Velo

CINEMA INGLÊS:

28/2/62 — A Fera Adormecida, de Joseph Losey

14/3/62 — À Luz do Sol, de René Clément

28/3/62 — Um Lugar na Alta Roda, de Jack Clayton

4/4/62 — Tempo Impiedoso, de Joseph Losey

DIALÉTICA DA DESTRUIÇÃO:

11/4/62 — No Reino da Calúnia, de Robert Aldrich

16/5/62 — Paixão Proibida, de Tony Richardson

30/5/62 — Os Espiões, de Henri Clouzot

13/6/62 — A Sede do Mal, de Orson Welles

Estas Sessões realizam-se no Cinema Imperial pelas 18,30 h.

Nota: — Chama-se a atenção dos sócios para o facto de o filme «À Luz do Sol» pertencer ao Ciclo Dialética da Destruição e o filme «Paixão Proibida» se integrar no Ciclo do Cinema Inglês. A razão por que se exhibe o filme «À Luz do Sol» em data incluída no Ciclo de Cinema Inglês é devida ao facto desse filme não se encontrar disponível noutra data.

Estamos a assistir a uma evolução que separa, dentro do corpo social, os homens, mesmo sobre o plano da cultura.

Ora a cultura, para quem medite nesta noção, é um instrumento de unidade.

Cultura, no sentido em que usamos o termo, não consiste no saber, embora o suponha, não é erudição, mas antes uma ordem viva que o homem descobre em todos os níveis da criação e em harmonia com a qual ordena a sua própria existência.

Contudo, o uso e abuso de atitudes oportunistas, a confusão entre política pessoal e serviço público e o excesso de artificialismos, têm criado uma visão do mundo inscrita num espírito de revolta contra a ordem existente, na esperança de uma ordem mais justa.

As nossas Universidades não ignoram esta ideia, inspirada no mito das classes e que corresponde sempre a certa realidade social, chegando ao ponto de cindir a cultura em «cultura da direita» e «cultura da esquerda».

Ora, sendo a Universidade a principal responsável pela cultura de um povo, e tendo a juventude universitária de Lisboa absorvido aquela ideia, pareceu-nos que não devíamos deixar de manifestar o que, bem ou mal, pensamos a este respeito.

Ao fazê-lo, só pretendemos ir um pouco mais além do que aqueles que julgam resolver todos os problemas da juventude com a afirmação de que «o jovem é *anti* por natureza».

Esta afirmação, embora contenha um fundo de verdade, à força de ser repetida tornou-se um slogan cómodo de burgueses bem instalados, de espíritos envelhecidos e de certa imprensa provinciana.

Na juventude portuguesa (referimo-nos em especial à universitária) há uma certa insatisfação que é, felizmente, comum a todas as juventudes, mas há também certa oposição consciente que é mais o fruto do clima do que da época ou da idade.

No liceu, o estudante aprende a definir a Universidade como corporação. Chegado à Universidade, sofre dois rudes golpes na sua boa fé, primeiro ao reconhecer que foi enganado, depois, quando suporta os efeitos do desengano.

Olhando o nosso meio universitário, ninguém haverá que, conscientemente, negue o que a realidade triste mas indiscutivelmente lhe revela: que a falsificação da corporação universitária isolou os alunos dos professores, já separados por desigualdades naturais, suprimindo os laços e deveres que podiam tornar essas desigualdades suportáveis.

Hoje, os que ensinam parece que o fazem sem fé na capacidade dos que aprendem; os que aprendem, não acreditando nos que ensinam, também não crêem no que lhes é ensinado.

É evidente que esta situação não se altera pelo facto de se construírem os edifícios dos estabelecimentos de ensino superior todos juntos, ou de se fazer, mais ou menos frequentemente, a propaganda da corporação de mestres e alunos.

As Universidades de Lisboa, tal como são hoje, só se apresentam como corporações de mestres e alunos para quem confunde a autêntica corporação com um tema de contemplação para amadores de antiguidades sociais. Universidade como corporação é aquela em que professores e estudantes agem irmanados no mesmo ideal

de elevarem a cultura e o sentido de vida cristã de um povo.

Não é corporação a Universidade em que meia dúzia de sábios, indiferentes à angústia e ansiedade que os rodeia, opõem ambições de prestígio pessoal às reivindicações da massa anónima e pouco esclarecida.

Não é corporação a Universidade que desconhece as instituições em que mestres e alunos se poderiam encontrar e onde há somente associações de estudantes e órgãos dos professores, separados uns dos outros por um abismo de ignorância, mais do que de desprezo.

Em boa verdade se poderá dizer que o professor universitário em Lisboa tem uma cultura e competência indiscutíveis mas seria ingénuo afirmar que está todo ele devotado à sua missão de formar jovens e de investir na Nação os capitais intelectuais que possui.

Por outro lado é indiscutível, embora verdadeiramente paradoxal, que o estudante universitário de Lisboa tem da sua Escola uma visão mais autenticamente corporativa do que a do mestre.

Vida e consciência universitárias terão os alunos que não os professores.

Os primeiros, na Universidade, pelo menos conquistam amigos; os segundos, cumprem, à pressa, um dever honroso e mal remunerado, trocando muitas vezes o crédito da casa que os recebeu solenemente e da missão elevada que lhes foi confiada, por um prestígio pessoal tantas vezes efêmero.

Em face disto, pergunta-se se não será normal que os estudantes percam o sentido da verdadeira missão que lhes compete: o estudo.

Apesar de tudo, na Universidade, são as organizações dos estudantes as que revelam menos artificios e têm contribuído, melhor ou pior, para o surto de certa ideologia comum, capaz de fazer renascer a confiança na gente nova e de despertar os espíritos para a possibilidade de se atingir a corporação universitária.

Muita gente responsável mantém, entretanto, a mesma atitude de desconfiança perante estes organismos académicos.

Talvez por isso mesmo, surgiu o Decreto-Lei 40.900 com o intuito de dar ao Ministério da E. N. a possibilidade de controlar a formação destas associações e de dirigir todos os movimentos estudantis.

Da eficácia dos métodos, falam os factos.

Tudo quanto se conseguiu foi fomentar a ilegalidade e fazemos a justiça de acreditar que isto não é ignorado por quem tem a obrigação moral e jurídica de dar satisfação às aspirações das estruturas sociais, interpretando os seus anseios, acompanhando a sua génese e orientando a sua evolução.

Quanto ao diploma destinado a reger as actividades circun-escolares, tudo o que podemos dizer é que não passa de uma forma sem conteúdo, já que está suspensa a sua aplicação àquilo que existe e não o está àquilo cuja existência proíbe...

Coisa para pasmar é que haja quem, conhecendo a vida universitária, acredite que este estado de coisas é salutar ou prestigia quem lhe deu causa.

E, agora, em que ficamos? Continua a reccrear-se a formação das associações de estudantes e não podemos ficar indiferentes a tais receios ou contribuir para

j. pires de lima

A UNIVERSIDADE e as corporações universitárias

os adensar. Pelo contrário, temos a obrigação de os dissipar, na medida do possível.

Quase todos os que temem os movimentos estudantis os conhecem mal naquilo que eles têm de bom e de construtivo. E, senão, vejamos:

Confunde-se, entre nós, a associação de estudantes como um dos pólos da corporação universitária, com a associação académica, ponto de partida do sindicalismo estudantil. Confunde-se mais, neste último aspecto, o sindicalismo estudantil, enquanto meio para se atingir a corporação

(Continua na pág. 15)

é em país de palavra abandonada
que nascem barcos e manhãs de espuma;
lá é o riso de estrela
e canto sem fundo de uma árvore.

mas porquê nessa ilha?
nessa sede sem água? nessa raiz de ave?

em um espaço tão pouco,
em maré tão de agora,
o sinal cai, recua, é botão, chama, aurora,
vem de trigo, ar, estremece,
é botão — cai... floresce...

sem nenhuma razão;
natural: erva, pão.

FRANCISCO FERREIRA GOMES

2 de Janeiro de 1962



POESIA

POESIA

IMAGEM ÁGIL

na tarde assemelhavas-
-te a uma gota de água
mas não vinda de núvens
antes macia lava

lava aguda surgias
pela rua oleosa
gota de água entre as outras
que da água se isola

água filamento
no interior da lâmpada
cristal só por dentro
cintilação rápida

por fora macio
afago de olhos
boiando no rio
que fazes de sonhos

CORO DOS ADOLESCENTES (fragmento)

Vem morrer em nós
o fruto recolhido e certo
que afundámos entre pedras

Vem morrer em nós
o sorriso anunciado
e a inexplicável tristeza

Vem morrer em nós
antecipadamente a vida
e o vinho prometido

LUIZ MACARA

VASCO GRAÇA MOURA

como se tudo
pouco a pouco
se tornasse irreal

e o ser
lentamente
deixasse de ser

(imaginem uma mesa redonda, com 5 pessoas comendo, à volta, e que, imperceptivelmente, uma a uma, todas deixassem de comer, e ficassem fitando o copo em frente, como se já não o vissem, ou como se nunca o tivessem visto, estáticas, paradas, inconscientes)

assim nós
suavemente
deixássemos de existir

assim nós
devagarinho
passássemos

ou o que quer que
passando
nos levasse

(depois, uma chuva equatorial, súbitamente impossível de suportar, e o informe—no sentido translato da palavra—vento, igual a si mesmo, por fora, tornando-se, absurdamente, na minha dor de cabeça, por dentro)

JORGE LIZ
1958

POESIA POESIA POESIA POESIA

POEMA

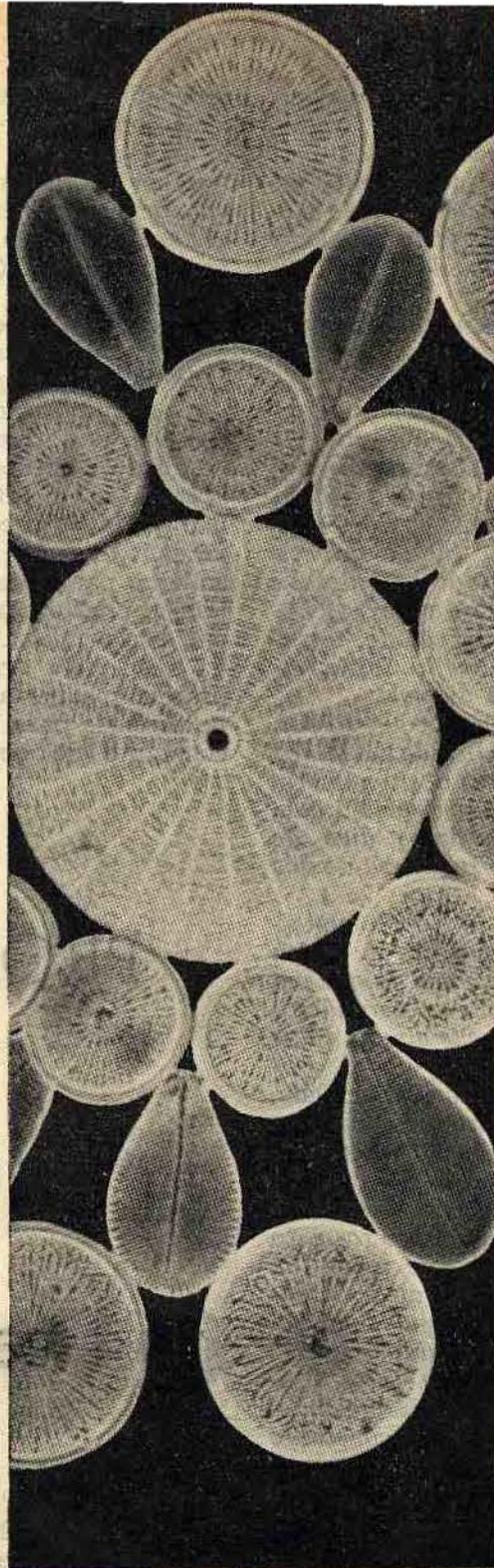
Tremente, em perfilada expectativa,
o homem corta a meio o antigo mito;
e abre a ponta certa dessa ogiva
e lança da abertura o seu grito.

O grito chama sangue e o sangue vem
vermelho paralelo ao antigo;
e o homem mais que treme e já convém
justiça na crueza do castigo.

Lá vai, de cruz na mão e Sambenito,
hereje e pecador que só pecou
porque de perfilado, o seu grito,
apenas meia ogiva estilhaçou,

E a base que perdura não é esquiua
de matar o grito que assomou
o largo e leve espaço de outra ogiva
que a mão da Liberdade tracejou.

SERGIO CARDOSO



RECORDAÇÃO DA ILHA

Na maresia de Janeiro
o teu porto lembra pescarias de baleia
histórias antigas de marinheiros
contos breves entre duas cachimbadas
breves momentos de sal e maresia.

Tijinha capitão pé-de-pedra
Tijule seguindo suas águas
Sal-Rei ganhando regatas
Pintado surgindo no meio do mar...

Nos olhos espantados dos meninos
o vento assobia nas frinchas
e as ondas castigam as muralhas carcomidas.
Na ilha ancorada marinheiros dormitam em terra.

Infância
tão longe que ficaste!
Janeiro passou. Agora restam
recordações de limo verde
nas praias brancas da ilha...

Do livro «Caminho Longe»
TERENCIO ANAHORY

Já este número estava nas máquinas, quando fomos surpreendidos pela dolorosa notícia do falecimento do Prof. Doutor Vieira de Almeida, catedrático jubilado da Faculdade de Letras de Lisboa.

Outros com mais autoridade do que nós — que, alunos doutra Faculdade, não privámos pessoalmente com ele e apenas fragmentariamente nos debruçámos sobre a sua obra — poderão dizer da sua competência docente, do fulgor do seu espírito, da natureza do seu carácter. Todavia, QUADRANTE, jornal dos estudantes de Direito, tem também algo a dizer.

Desde logo porque o Prof. Vieira de Almeida é um dos colaboradores deste número, através uma entrevista que, nos seus últimos dias de vida, teve a gentileza de nos conceder.

Depois, e fundamentalmente, porque o Prof. Vieira de Almeida, mais do que um Mestre, foi um verdadeiro amigo dos seus alunos e dos estudantes em geral. Dotado de grande simplicidade, nunca precisou de púlpitos imponentes nem de arrogância nas atitudes para impor respeito aos seus discípulos. Pelo contrário, esse respeito e a simpatia que todos lhe votaram, em lugar de os impor, conquistou-os por si próprio, mercê dum espírito de compreensão pelos problemas dos mais novos e duma disposição constante em os auxiliar e amparar nos caminhos, frequentemente tortuosos, da nossa Universidade. Por isso, a sua vida constituiu para todos nós, estudandes universitários, sem distinção de Escolas, uma lição magnífica de como é possível — se todos o quiserem — a cooperação sincera, leal, amiga, dos professores com os alunos.

Curvando-se, comovidamente, perante a sua memória, QUADRANTE honra-se em divulgar as que, segundo creê, constituem as últimas declarações públicas do Prof. Doutor Vieira de Almeida.

★ ★ ★

Parece ser consequência de certa concepção comunitária de Universidade, considerar, em paralelo, os dois grupos que a constituem. A afirmação, se preciso, é imediatamente demonstrável a partir do mero esquema teórico — comunidade supõe diversidade e exige, a seguir, identidade como resultante de um processo instintivo depurador e

ordenador de interesses — e descobre, neste contexto, a indispensável coerência, no teor da Editorial e no que deve considerar-se, em síntese, a posição defendida nas páginas de *Quadrante*. A coincidência das duas perspectivas, que aparece evidente, deve ser interpretada em seu exacto alcance — e a prevenção, dado o costume das excessivas generalizações e dos balanços apressados e interessados, não pode surpreender. Na verdade, aquela identidade solicita, para existir, a destrição, já aflorada, da ideia, em sua primeira pureza, e da respectiva transposição prática que, no caso, é degenerescência para lá da fatal constante de objectivação.

matiz coordenado que os seus esforços devem revestir.

★ ★ ★

É inútil apresentar o Prof. Vieira de Almeida. A sua brilhante competência profissional, a conhecida generosidade do seu espírito e a larga experiência que possui, asseguram o acerto da escolha. *Quadrante* agradece a boa vontade que acolheu o seu propósito e honra-se de dar publicidade aos juízos de mestre tão insigne.

— *Partindo de uma concepção de Universidade como comunidade de Mestres e Alunos, como justifica a necessidade de cooperação entre uns e outros?*

traordinária. De modo que há, por vício tradicional e por falta de condições favoráveis, excesso enorme do que poderíamos chamar catedraticismo, em muitos casos onde ele é supérfluo. Uma passividade quase completa. É claro que se torna fácil — porque o papel tudo consente, até a existência de sebetas — dizer que assim não é; mas seria ainda mais fácil, suposta a liberdade de exposição, demonstrar com factos inúmeros esta afirmação. Fico ao dispor de quem me convide a fazê-lo desde que se responsabilize pela minha liberdade de expressão.

— *Entende que os estudantes devam estar repre-*

PROF. VIEIRA DE ALMEIDA:

sobram os discursos faltam as realizações

Isto tem importância, como é óbvio, e merece referência expressa. A oportunidade é tão flagrante que se justifica em esforço de ajustamento dos dois pólos, distantes, custa dizê-lo, na estrutura real da Universidade. Apurar e classificar os motivos da situação, é um dos fins deste número do nosso jornal, atingível se se aceita a exigência do ponto de vista exposto. Porque assim é (e o processo não é só consciente mas, antes de tudo, vivido), explica-se a urgência de averiguar a opinião de um membro do corpo docente. A pequena contribuição que, deste modo, *Quadrante* se obriga a trazer no sentido da melhoria das relações entre professores e alunos, quer inserir-se na estratégia de vasta batalha que é preciso continuar, em defesa da Universidade. Quer, sobretudo, ser índice de uma vontade sincera de colaboração, de abertura, de trabalho. Os estudantes, se, tantas vezes, reclamam o que julgam de seu direito, procuram não esquecer o

Uma Universidade é necessariamente comunidade de mestres e discípulos, o que não implica ser boa comunidade: isso depende em parte, mas só em parte, da regra do convento, porque ainda quando boa (e a nossa é péssima) só fará fruto quando se torne costumeira e tradicional. Todos sabemos que há constantemente declarações mais ou menos vibrantes de solidariedade e confraternização, que não representam o menor passo, não contêm a mais pequena verdade. Sobram os discursos e faltam as realizações, que se existissem, dispensariam tais discursos.

— *Em que domínios, nas circunstâncias actuais, essa cooperação se poderá revelar particularmente frutífera?*

No trabalho comum, quero dizer, verdadeiramente comum, e não regulamentadamente comum. O pessoal docente das Universidades portuguesas é reduzido em proporção ex-

sentados no Conselho Escolar, no Senado Universitário e na Assembleia Geral da Universidade?

Quanto ao Conselho Escolar, não vejo nisso grande vantagem; mas quanto ao Senado universitário e à Assembleia Geral, não tenho dúvida de que deveriam os estudantes ter representação, por eles eleita. Essa representação dar-lhes-ia um sentimento justo de responsabilidade e de dignidade da sua função e da sua profissão, porque ser estudante é uma profissão embora transitória, excepto para aqueles que passam a ser mestres.

Na Assembleia Geral — que há muitos anos deixou de funcionar —, os estudantes tiveram já representantes seus; aí está um aspecto de colaboração que não devia ter sido posto de parte.

— *Julga suficiente, para assegurar uma cooperação válida, que os referidos órgãos passem a ser verdadei-*

(Continua na pág. 14)



senta. E assim, procurámos duas colegas que desde sempre se têm distinguido pelo seu interesse pelos problemas universitários: a Leonor da Palma Carlos e a Isabel Gentil.

Achámos também extremamente oportuno recolher as opiniões de um aluno do 1.º Ano, recém-chegado à Faculdade e, portanto, livre de todas as suspeitas de deformação de que porventura se poderão acusar os «veteranos», mais calejados, sem dúvida, mas também com ideias mais assentes, mais solidificadas, logo, menos espontâneas, menos intuitivas. Quer dizer: o que se perdia em reflexão, ganhar-se-ia em espontaneidade. E, dentre os «caloiros», nenhum nos pareceu mais indicado do que o Nuno Brederode Santos, o qual não obstante haver há pouco iniciado a sua vida de estudante universitário, já ofereceu muito do seu trabalho na Associação Académica.

LEONOR: Há uma quantidade enorme de problemas que sempre surgem na vida da Universidade. Uns, dizem respeito ao ensino propriamente dito — é o caso dos exames, dos programas de estudo; outros, reportam-se mais directamente ao governo da corporação universitária. Ora, sendo assim, a cooperação é justamente o estudo conjunto desses problemas ou, por outras palavras, a prossecução conjunta dos fins que comumente se põem a Professores e a Estudantes.

E essa actuação terá, necessariamente, de ser desenvolvida em plano de igualdade?

ISABEL: Desculpem interromper, mas penso que não. De facto, sempre que pensamos em cooperação, surge-nos logo no espírito a ideia de igualdade, quer de posições, quer de dignidade, quer mesmo de interesses. Simples-

DEPÕEM TRÊS ESTUDANTES:

a cooperação

professor-aluno é a

universidade dinamicamente considerada

A Universidade Portuguesa vem vivendo, desde há muito, um problema crucial: a escassez de contactos entre os Professores e os Alunos.

Aqueles, queixam-se de que estes os não procuram, que pretendem utilizar a Universidade apenas como um meio de alcançar um diploma que os habilite para a vida profissional, que, em suma, carecem de mentalidade universitária. Mas pelo lado dos alunos as recriminações também se sucedem, agora acusando os Professores de manterem, a todo o transe, as barreiras catedráticas, de darem pouca atenção aos estudantes — quando não ao próprio ensino — de lutarem pela manutenção de um «Statu quo» de supremacia docente que tantos prejuízos acarreta à própria Universidade.

Destas lamentações e acusações que reciprocamente se formulam, apenas tem resultado o progressivo afastamento das duas camadas em que se divide a população universitária, que cada vez mais se vão olhando, primeiro com frieza, depois com desconfiança, finalmente com autêntica hostilidade.

Na Faculdade de Direito esta questão está, pode dizer-se, na ordem do dia. Assunto dos mais ventilados durante a última campanha eleitoral para a Direcção, este da cooperação entre os Professores e os Estudantes nunca mais deixou de preocupar vivamente a massa associativa, ao menos no que toca àquele seu sector mais consciente, isto é,

que com mais interesse se debruça sobre os problemas da Universidade.

Deste modo, num número do Quadrante em que este tema é ventilado, não quisemos deixar de ouvir a opinião de alguns estudantes, escolhendo-os naturalmente de entre aqueles que mais

E encontrados os interlocutores, que prontamente se colocaram à nossa disposição, dando mais uma magnífica prova do seu amor à causa associativa, a nossa conversa começou.

Muito se tem falado na cooperação Professor-Aluno. Ora é

mente, creio que esta é uma maneira viciada de ver a questão.

Se me falarem em igual dignidade, está certo... aceito. Mas, francamente, já será deformar a realidade afirmar-se que os interesses e as posições devem ser iguais. No que toca a estas, devo dizer que, em princípio, não



têm trabalhado na Associação Académica, por nos darem, até pelo simples conhecimento pessoal que deles temos, garantias de ponderação do problema e de meditação sobre as várias facetas sob que ele se nos apre-

bom precisar os conceitos de que nos servimos e, por isso, o primeiro assunto que gostaríamos de abordar é este: qual o verdadeiro significado da palavra cooperação?

vejo qualquer razão de ordem lógica pela qual a cooperação só possa ser prosseguida desde que não haja diferenciações hierárquicas entre nós e os Professo-

(Continua na pág. 13)

nas rodas do movimento associativo

* Esboçaram-se já os primeiros contactos entre as Associações de Estudantes de Lisboa e os estudantes portugueses residentes em França, mediante um encontro entre o Secretariado das Reuniões Inter-Associativas e dois delegados da UEPF (União dos Estudantes Portugueses em França); esta organização, estruturada de modo semelhante ao das nossas Associações de Estudantes, acaba de receber do Governo francês a aprovação dos seus estatutos.

* Comemorações da «tomada da bastilha»: «Em 25 de Novembro festejou-se em Coimbra o dia do estudante, a que assistiram membros das 3 universidades portuguesas. O programa compreendeu actos culturais, torneios desportivos e, para terminar, um colóquio em que foram abordados vários problemas estudantis, em especial, a possibilidade de se fundar em Portugal uma União Nacional dos Estudantes. Segundo a opinião dos participantes, deu-se, com este acto, um passo importante para a formação Nacional. (Notícia do «Studentenspiegel» n.º 240).

* Constituiu-se recentemente na A. A. F. D. L. uma Sub-secção de Pré-Universitários, integrada na Secção de Convívio, gozando embora de larga autonomia. Destina-se esta Sub-secção a facilitar a integração dos novos alunos no espírito universitário, em condições de acessibilidade até agora inexistentes — para o que actuará sobre eles quando ainda liceais. Além disso, desta Secção está ainda em grande parte dependente o problema da consciencialização dos universitários, quanto aos problemas estudantis, pois assim espera-se cortar o mal pela raiz — verificada a dificuldade de consciencializar os estudantes quando já universitários, proceder-se-á nesse sentido junto dos Pré-Universitários, os futuros Universitários.

* Realizar-se-á este ano, de 23 a 29 de Abril, o 17.º Congresso Internacional das Juventudes Musicais, que reunirá cerca de 2.000 participantes, mais de 500 vindos de países estrangeiros. A A. A. F. D. L. ofereceu à J. M. Portuguesa a sua colaboração para esta iniciativa. Para tanto, pedimos a todos os colegas interessados em prestar a sua assistência a esta organização — constituindo grupos de recepção ou turmas de guias e intérpretes, concedendo alojamentos, inscrevendo-se como congressistas, etc. — que se dirijam à Secção de Relações Internacionais.

* Encontra-se em curso, durante este ano, um sistema de permutas de lares entre estudantes universitários. Através dele, poderão os estudantes portugueses passar as suas próximas férias no estrangeiro, — em país à sua escolha — em casa de um colega, onde receberão sem quaisquer encargos alimentação e alojamento; em contra-

partida, deverão receber esse mesmo colega, na sua própria casa, em condições iguais, e por período equivalente de tempo. Todos aqueles que desejarem beneficiar desta iniciativa, deverão inscrever-se na Secção de Relações Internacionais.

* As três deslocações do Presidente da Direcção da A. A. F. D. L. ao Porto constituíram um valioso contributo para a melhoria do movimento associativo estudantil daquela Academia e um desbravar de caminhos de uma floresta que se encontrava quase virgem. Quando da realização da primeira reunião, em 9 de Dezembro, constatámos que, além do Presidente da nossa A. A. e do Vice-Presidente da A. A. de Coimbra, estavam presentes 32 elementos da Academia do Porto dos quais só 10 pertenciam a organismos circum-escolares constituídos (Orfeon e Teatro). Havia um representante da única A. E. existente no Porto, da Faculdade de Farmácia, todos os outros não sendo mais do que interessados, dentro de cada escola, na organização da sua Pró-Associação. Foi com grande júbilo que, na segunda reunião, a 22 de Dezembro, verificámos ter sido dada representatividade, mediante Assembleias Gerais, aos estudantes de Engenharia e de Belas-Artes. Constituiu-se, nesta reunião, a «Comissão de Representação Académica» e a vinda dos estudantes do Porto à reunião nacional de dirigentes, a 16 e a 17 de Dezembro, em Lisboa, foi já um prémio do trabalho efectuado. No entanto, os ventos contrários, no Porto, são muito fortes. Não nos espantou, por isso, que a delegação das R. I. A., de que fazia parte o Presidente da Direcção da A. A. F. D. L., em 12 de Janeiro, fosse encontrar todos os organismos que se decidiram a colaborar connosco, em plenas Assembleias Gerais.

Esta reunião elucidou-nos da viabilidade de solidificação das infra-estruturas de um movimento associativo, à escala nacional, apesar de certos condicionamentos desfavoráveis. Lá, como cá, a luta pelo fortalecimento do movimento associativo é uma escalada em que o cimo do monte nos foge, à medida que nos aproximamos dele.

* Entre as realizações levadas a cabo pela A. A. F. D. L. avultam as actividades associativas respeitantes à «Semana de Recepção aos Caloiros».

Organização impecável e de excepcional interesse, plena de vitalidade, apresentou: uma Exposição de Gravura; um Sarau Cultural, para cujo brilho contribuíram o Grupo Universitário de Danças Folclóricas e a Associação de Estudantes do Conservatório Nacional; um Lanche de Convívio em que estiveram presentes um elevado número de sócios, os srs. Profs. Marcelo Caetano, Galvão Teles e Dias Marques e o sr. dr. Espinosa; uma sessão Fonográfica preenchida com música de Brahms e

comentada pelo colega Leon Casuto; um colóquio sobre o filme «Rocco e os seus irmãos», orientado por Luís de Pina; uma Tarde Pedagógica subordinada ao tema «A Universidade e a adaptação do Caloiro», sobre o qual discorreu o sr. Prof. Marcelo Caetano; uma Manhã Desportiva; um almoço de confraternização com professores e assistentes, em que estiveram presentes, para além de muitos sócios da A. A. F. D. L., os srs. Profs. Galvão Teles e Dias Marques.

* Realizou-se, no passado dia 20 de Dezembro uma Reunião das Secções de Intercâmbio, de carácter preparatório. Teve por fim fixar os principais objectivos a prosseguir em 1962, nomeadamente: a criação de um Campo de Trabalho, e de um Centro de Férias, a constituição de um Albergue de Juventude ou de um Hotel de Estudantes, o desenvolvimento do sistema de permuta de lares, a publicação de folhetos informativos para estudantes portugueses no estrangeiro e para estudantes estrangeiros de visita a Portugal. Ficou ainda estabelecido que a segunda R. S. I. se efectuará em princípios de Janeiro, com a seguinte Ordem de Trabalho: projecto de um inquérito a distribuir por todas as Escolas; leitura do Relatório da Conferência Internacional de Turismo Universitário (C. I. T. U.); o Centro de Férias; o sistema de permutas de lares; o Albergue de Juventude; a propagação das iniciativas da R. S. I.; a criação de um Departamento do Turismo Universitário, coordenador da actividade das várias Secções de Intercâmbio e centralizador

das realizações de interesse geral.

* O Presidente da Direcção da A. A. F. D. L., para um melhor esclarecimento dos sócios sobre as actividades interna e externa da nossa A. A., encontra-se à disposição dos associados todos os Sábados de manhã, das 10 às 12 horas, a fim de elucidar todas as dúvidas que, porventura, possam surgir.

* A A. A. F. D. L. contratou o actor Rogério Paulo para encenador do Grupo Cénico, que tenciona levar este ano à cena uma peça de Lope de Vega e outra de Friedrich Dürrenmatt.

* A UNIVERSIDADE E A NAÇÃO — A actividade universitária não deve estar à margem das outras actividades nacionais, do mesmo modo que os estudantes não constituem uma espécie diferente dos outros cidadãos do país.

O papel próprio dos jovens perante a Nação não é o de um investimento que a arruíne, mas de um trabalho que a transforme. O erro está em acreditar-se que é possível educar e formar autenticamente fora da acção responsável; procurando a integração do estudante na Nação, pretende-se que se não separe mais educação e formação dos estudantes, por um lado, e papel a desempenhar na sociedade, por outro.

Uma boa política em relação à juventude, visará sempre dois fins indissociáveis: formar os jovens e integrá-los desde já na sociedade a que pertencem. É esta a lição a tirar da experiência da Cova do Vapor.

as rodas encravadas

* É de admirar a atitude da parte mais jovem da massa associativa (fértil em protestos e queixumes, acusando os «veteranos» de a empurrarem para uma posição nitidamente pretérita, anulando-lhe a vontade e o valor) que perdulariamente esbanjou uma das melhores oportunidades que a A. A. lhe ofereceu: a Semana de Recepção aos Caloiros. Na Tarde Pedagógica, por exemplo, em que se abordou o tema «A Universidade e a adaptação do Caloiro», com uma alocução proferida pelo sr. Reitor, assistiu-se a um espectáculo deplorável: as palavras do sr. Prof. Marcelo Caetano serviram apenas para recordar aos mais velhos os seus problemas passados...

* É conveniente inserir nesta coluna o que Samuel Elliot Morrison escreveu a propósito do conceito de liberdade académica:

«Defini-la-ei como o direito ou privilégio triplíce:

1) De um professor ou pesquisador de uma Universidade ou outra instituição de es-

tudos superiores buscar a verdade dentro do campo de acção escolhido; de interpretar as suas descobertas e transmitir as suas conclusões aos alunos e ao público sem sujeições ou perturbações por parte de autoridades de dentro ou fora da Universidade;

2) De um aluno de instituição de ensino superior, não apenas ser instruído por mestres livres, mas igualmente ter acesso a todos os dados pertinentes ao objectivo do seu estudo e eximir-se, razoavelmente, de regras e regulamentos compulsórios, próprios de escolas secundárias;

3) De um professor ou pesquisador exercer a liberdade de falar, escrever e associar-se, tal como a gozam todos os outros cidadãos, sem ser molestado ou afastado do cargo. E o direito de livre expressão inclui o de ser ouvido. Aliás, se tiverdes alguma ideia impopular, pouco adiantará mandarem-vos a uma floresta a fim de a transmitirdes aos pássaros e aos esquilos...»

* Ao esforço da A. A. em solucionar os problemas dos estudantes e em fomentar a sua formação integral, continua uma minoria actuante de indivíduos irresponsáveis a opôr uma bargagem de boatos e calúnias que, na minguagem de argumentos válidos e sinceros, lhe vai servindo para denegrir a actividade associativa.

Inimigos intransigentes do trabalho, fervorosos adeptos da balbúrdia, são incansáveis — honra lhes seja feita — no desempenho da tarefa que a si próprios impuseram: sabotar o movimento

estudantil português. Calados nas Assembleias Gerais, nas Reuniões de Sócios, nas salas da A. A., eles lá estão a colher presurosamente informações de acontecimentos que, escrupulosamente deturpados, serão transformados em setas venenosas desferidas na sombra do anonimato cobarde.

«Quosque tandem abutere Catilina patientia nostra...»

JOSE ABREU
JOSE FELISMINO
NUNO SANTOS

NOTICIÁRIO INTERNACIONAL

AUSTRALIA

RÁDIO UNIVERSIDADE

O Vice-chanceler da Universidade de Nova Gales do Sul anunciou uma escola de medicina pelo rádio. Os cursos e discussões de professores e investigadores serão difundidos pelas estações de rádio da universidade. O decano da Faculdade de Medicina declarou que com estas aulas e discussões se projecta manter ao corrente dos progressos da ciência todos os médicos do país.

ESPAÑA

DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO...

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, no seu último estudo sobre o ensino superior em Espanha, no curso 1957/58 somente 6% dos universitários são filhos de camponeses ou gente rural. Pouco mais de 1% descende de pessoal servente, como contínuos, criados, etc. Nas Escolas Técnicas, os filhos de agricultores, e afins, representam apenas 2,5%.

FILIPINAS

FORÇA E CONSCIÊNCIA

O Presidente da Organização Central de Estudantes (F. E. U. C. S. O.) da Universidade do Extremo Oriente, de Manila, depois da sua eleição, afirmou que procurará obter a demissão dos catedráticos medíocres. Acrescentou ainda que a F. E. U. C. S. O. lutará constantemente para que os futuros catedráticos sejam seleccionados cuidadosamente.

DINAMARCA

POIS É...

O Ministro da Educação, num discurso efectuado quando da inauguração do novo instituto de química da Universidade de Aarhus, anunciou a concessão por parte do Estado de uma ampla assistência material ao fomento e desenvolvimento do ensino superior. O ministro baseou a sua proposta na necessidade existente de duplicar o número de estudantes universitários nos próximos dez anos, se se quiser fazer frente às necessidades mais imediatas do país. Por isso, o Estado dinamarquês deverá investir neste sector da educação um capital maior ao de qualquer outro. Nos próximos dez anos, o Estado afectará uma verba de oito milhões de coroas só para o ensino superior (cerca

de 35 mil contos). Com este plano, prevê-se o aumento do número de estudantes universitários para 20.000 até 1970, numa população de 4 milhões e meio.

O Ministro anunciou ainda que no decurso destes dez anos se levará a efeito a reforma do ensino universitário, tanto mais necessária quanto é certo que, devido à adesão da Dinamarca ao Mercado Comum Europeu, serão agora maiores as exigências a fazer aos corpos directivos, em todos os aspectos da vida pública e privada. Por isso, será necessário começar desde já a adaptação à nova situação.

INDEPENDÊNCIA E TRABALHO ESTUDANTIS

De 15 mil a 20 mil coroas (entre os 65 e os 90 contos) foi o resultado da colecta efectuada na Universidade de Copenhague, e que será posta à disposição do World University Service (W. U. S.) para assistência aos estudantes dos países sub-desenvolvidos. Do mesmo modo que no ano anterior, os estudantes de Copenhague reuniram esta soma, sacrificando o salário de um dia de trabalho em benefício do W. U. S.

TURQUIA

Com a criação de cursos nocturnos, a Universidade de Istambul recorreu a uma solução de urgência para solucionar em parte a necessidade cada vez mais crescente de centros de ensino. O Governo, ciente da exiguidade do número de Universidades existentes (seis), instituiu para um plano decenal uma verba de 66 milhões de dólares (cerca de um milhão e oitocentos e cincoenta mil contos), destinada ao fomento da educação. Uma décima parte desta importância será afectada anualmente a uma organização estudantil de crédito e de construção de vivendas, recentemente criada.

Esta organização, quando estiver já solucionado o problema da falta de lugares nas Universidades, concederá empréstimos sem juro a todos os estudantes universitários e construirá e administrará as vivendas estudantis. Os beneficiários destes empréstimos pagarão a quantia recebida dois anos depois de terminada a licenciatura, o que poderão fazer em prestações mensais.

ALEMANHA

Com uma carta aberta dirigida aos professores da sua Uni-

versidade, as Redacções dos jornais *«Jezt»* e *«Skizze»*, propõem-se iniciar uma troca de opiniões entre professores e alunos, destinada a impulsionar as relações docentes e discentes. Os redactores tencionam organizar, sob o título *«Meet the Student Press»*, uma tribuna de discussões, referentes a temas bem delimitados, entre redactores estudantis e professores. Os estudantes consideram que, graças a este plano, a cooperação será fomentada, bem como a responsabilidade mútua e a actividade conjunta. Deste modo, iluminar-se-á um pouco o sombrio anonimato das instituições universitárias alemãs (STUD PRESS, MUNSTER).

COOPERAÇÃO ESTUDANTIL

Com o fim de se informarem sobre a mutualidade estudantil, a Reforma Universitária e as actividades cultural e desportiva, realizaram-se conversações em Bonn, continuando as iniciadas em Belgrado, entre as Uniãos Nacionais de Estudantes da Jugoslávia e da Rep. Fed. Alemã (de 10 a 22 de Dezembro).



Chile: trocaram os livros pelas ferramentas

SUÉCIA

NEUTRALISMO ESTUDANTIL

A União Nacional dos Estudantes da Suécia (S. F. S.) atacou novamente, no seu órgão central *«Studenten»*, a cláusula contida nos seus Estatutos que proíbe aos seus delegados tomar posição relativamente aos problemas políticos. Já que a disposição *«estudante como estudante»* foi eliminada pela Conferência Internacional de Estudantes, os delegados dos estudantes suecos acham-se, desde então, numa situação que lhes impede uma colaboração activa nas resoluções de carácter político.

ALEMANHA

Cerca de 100 representantes de 35 organizações de turismo estudantil, vindos de 31 países, realizaram a sua conferência anual, em Munique, de 23 a 28 de Outubro. Os temas das sessões foram as actividades do ano de 1961 e os projectos para o ano de 1962. Os assistentes aproveitaram a ocasião para discutir detidamente problemas bilaterais, logrando-se, em muitos casos, excelentes acordos turísticos. As organizações de turismo universitário alemã, belga, francesa e irlandesa comunicaram aos participantes portugueses a sua decisão de organizar no próximo Verão, viagens a Portugal.

BOLIVIA

A UNIVERSIDADE E A NAÇÃO

Em resposta ao apelo lançado pela Confederação Universitá-

ria Boliviana (C. U. B.) e pelo Secretariado de Coordenação, grande número de Uniãos Nacionais de Estudantes fizeram saber que prestarão o seu auxílio à 12.ª Campanha Universitária contra o Analfabetismo.

FRANÇA

AUTONOMIA DA UNIVERSIDADE

A Assembleia Geral Extraordinária da União Nacional dos Estudantes de França (U. N. E. F.), que se realizou em 8 de Outubro, aprovou várias resoluções de protesto contra as recentes medidas tomadas pelo Governo Francês contra o movimento estudantil.

UNIVERSIDADE E CULTURA

Realizou-se em Poitiers o 9.º Festival Cultural Internacional, patrocinado pela U. N. E. F.: 15 países representados, mais de 600 participantes, 25.000 espectadores para 30 espectáculos organizados numa só semana, de Jazz, Teatro, Música Clássica e Cinema.

ISRAEL

A UNIVERSIDADE E A NAÇÃO

A União Nacional dos Estudantes de Israel (N. U. I. S.) organizou um Seminário Internacional sobre o tema *«O papel dos estudantes nos países em vias de desenvolvimento»*. Este seminário efectuou-se em Jerusalém de 19 de Dezembro a 2 de Janeiro.

CHILE

A UNIVERSIDADE E A NAÇÃO

Chocados pela miséria de milhares de famílias sem alojamento, os estudantes chilenos trocaram os livros pelas ferramentas. *«Não podemos quedarnos inactivos perante os graves problemas da nossa comunidade»* — este foi o seu grito.

Assim, em equipas de quatrocentos, revezando-se diariamente, os estudantes lançaram-se ao trabalho, num firme testemunho de solidariedade para com os menos privilegiados. Graças à sua acção decidida e altruísta, o bairro de San Rafael, em Santiago, não é mais um bairro de lata e os seus moradores não mais morrerão ao frio e à chuva.

A União Nacional dos Estudantes Chilenos acaba de dar uma prova incontestável do que a vontade dos estudantes pode fazer em prol do progresso nacional, a qual, esperamos, possa servir de exemplo aos estudantes de todo o mundo.

O que é de lamentar é que entre nós seja esquecido que atitudes como esta também se integram, e muito bem, na missão da Universidade.

de essa participação plural no governo da Universidade se fazer, não em colaboração, mas antes em luta constante, de interesses e de ideais, de métodos e de objectivos. E, mesmo sem levar as coisas a um ponto tão extremo, não podemos esquecer também que essa gerência se poderá efectivar na mais rigorosa separação, no mais nítido divórcio entre os próprios governantes, cada um agindo, não propriamente contra os demais, mas à margem, independentemente deles.

Simplesmente, a consideração destas hipóteses não nos leva, de modo algum, a aceitá-las, no plano dos princípios. Pois se os interesses, os objectivos, a isenção, forem os mesmos para uns e para outros, não se vê qualquer razão pela qual o trabalho isolado seja mais frutuoso do que o trabalho conjunto. Antes pelo contrário, este impõe-se por si, até porque as próprias diferenças de pontos de vista com que os vários problemas forem abordados — e é evidente que essas diferenças existem — poderão, se bem aproveitadas, ser um meio óptimo, não só de estudo caso a caso, como de conciliação de teses diversas sobre problemas comuns.

II — PRINCÍPIOS DE COOPERAÇÃO

1. Até aqui, defendeu-se a autonomia da Universidade como fundamento da cooperação, que se impõe, entre os Professores e os Estudantes. Agora, nesta segunda parte, importa estudar como é que essas ideias se vão traduzir na realidade, como vão ganhar corpo, passar do campo dos princípios para o da acção prática.

2. Se há autonomia, há auto-gestão, e esta significa a defesa dos interesses pelos próprios interessados. Mas quais são esses interesses?

Temos, antes de mais, uns que são comuns a Estudantes e Professores. São, afinal, aqueles que mais directamente se reportam à missão específica da Universidade, e se consubstanciam na procura das condições mínimas sem as quais esta, como a entendemos, não poderá nunca alcançar a tríplice finalidade para que foi constituída: conservar, investigar, ensinar. São deste tipo, comuns a todos os universitários, o interesse à própria organização do ensino, ao regime de exames, a instalações materiais condignas, à administração da Universidade.

Mas, além destes problemas comuns, outros há que

a cooperação na UNIVERSIDADE

são específicos, quer dos Professores, quer dos Alunos. É certo que eles também se reportam a condições do trabalho universitário e que, por isso, de igual modo estão ligados à missão da Universidade. Todavia, aqui já se não trata da obtenção das condições mínimas, das *conditiones sine quibus non* da razão de ser da instituição. Trata-se, antes, de condições de um trabalho óptimo, e, nesta medida, poderemos autonomizá-las.

Problemas específicos dos Alunos são o dos meios de estudo, da alimentação, da saúde, dos seguros, do desporto, etc. Problemas específicos dos Professores, serão os relativos à remuneração, à reforma, à previdência social, aos meios de investigação científica, e assim por diante.

Ora, é preciso ter sempre bem presente esta verdade fundamental: auto-gestão do todo implica ou pressupõe auto-gestão das partes. Isto quer dizer que a gerência da Universidade pelos universitários, pressupõe que estes resolvam por si, não só os problemas comuns, como também defendam por si os vários interesses parcelares.

E, nestes termos, impõe-se a existência de organismos de estudantes, porque há problemas específicos destes (será o caso das Associações Académicas, das Federações Regionais e da União Nacional de Estudantes, além de vários organismos especializados, de que já hoje são exemplo o C. D. U. L., o T. E. U. C., etc.); de organismos de Professores — de sindicatos — encarregados da resolução dos problemas que apenas se referem ao Corpo Docente; de organismos comuns, na medida em que existem interesses comuns (e a esta luz se demonstra a necessidade de Alunos e Professores estarem representados nos Conselhos Escolares e no Senado Universitário).

Em síntese, há que assentar em que a auto-gestão no topo assenta na auto-gestão das bases, pelo que, sem estes organismos acima referidos, não haverá verdadeira autonomia da Universidade.

3. Do exposto se tiram desde já duas conclusões de grande importância:

1.^a) Estes organismos, dos três tipos enunciados, não devem ignorar-se mutuamente nem lutar entre si, antes devem cooperar em obediência aos superiores interesses da Universidade.

2.^a) A cooperação entre Mestres e Alunos não pode ser levada a efeito fora do âmbito dos mesmos organismos. De facto, se sem eles a autonomia é uma ficção, qualquer ataque que lhes seja movido representará sempre um atentado contra a própria autonomia universitária.

4. A cooperação entre os dois corpos da Universidade pressupõe, necessariamente, que ambos se respeitem mutuamente, isto é, que um e outro se encontrem revestidos de igual dignidade.

Essa dignidade, e o respeito que lhe é inerente, são efectivamente iguais porque se a Nação confia nos seus Professores, que investigam e ensinam, confia também, e por igual, nos seus estudantes, que aprendem para mais tarde a servir. Por outras palavras, do ponto de vista do interesse nacional não é possível estabelecer qualquer hierarquia de valores entre o trabalho dos Mestres e o trabalho dos Alunos. Em todos, sem distinguir, o País deposita as suas esperanças.

5. Com isto se quis demonstrar que a colaboração

Professor-Aluno não pode ser aceite por qualquer forma, não pode nunca transformar-se num fim em si e por si. Nomeadamente, ela não pode nunca basear-se num atentado à dignidade de cada qual, nem num desconhecimento da realidade concreta (entendida esta como a divergência qualitativa dos interesses dos Professores e dos Alunos: esta divergência existe, como é evidente, porque é diferente o trabalho de uns e de outros). Antes pelo contrário, e para ser frutuosa, essa cooperação deve alicerçar-se, precisamente, no reconhecimento desta realidade e no respeito dessa igualdade.

Sendo assim, é necessário que se verifiquem certas condições, porque a cooperação sem igualdade não é cooperação: é submissão. E esta, é a negação do espírito universitário, que é essencialmente livre.

6. As condições referidas, que devem ser satisfeitas como princípios de cooperação, são fundamentalmente três:

1.^a) Posição de igual dignidade conferida ao Corpo Docente e ao Corpo Discente.

2.^a) Reconhecimento da existência de interesses específicos dos Professores e dos Estudantes (e, por conseguinte, da existência dos *direitos* inerentes à salvaguarda desses interesses), e bem assim de interesses comuns.

Como corolário lógico, respeito pelas Associações de Estudantes e aceitação de organismos nos quais Professores e Alunos deliberem em plano de igualdade, isto é, em que não seja dada predominância nem a uns, nem a outros.

3.^a) Em desenvolvimento da alínea precedente, participação representativa e com virtualidade deliberativa dos estudantes nos Conselhos Escolares e no Senado Universitário.

III — CONCLUSÃO

1. Já se disse que a cooperação entre Professores e Alunos não é um fim em si. Antes pelo contrário, ela nada mais é do que um meio, e um meio óptimo, de colocar a Universidade à altura de corresponder aos interesses da Nação.

2. Mas, até aqui apenas defendemos esta ideia *em abstracto*, isto é, no campo dos princípios a seguir. Ora é evidente que a cooperação que em abstracto se defende deixará de ser defensável, ou melhor, deixará de ter condições de existência, sempre que, *em concreto*, não reunir mais as bases necessárias para o melhor aproveitamento das suas virtualidades.

E, em face de tudo o que já dissémos, é fácil de ver a partir de que momento a cooperação se revela impossível: desde que não sejam preenchidas as condições que atrás se enumeraram, e isto porque se elas são condições de igualdade e se sem esta não há cooperação, desde que elas não forem aceites por todos, haverá domínio de um grupo sobre o outro, submissão pura e simples do mais fraco, o que tudo representa um atentado à liberdade universitária, que logicamente encerra em si a liberdade dos próprios universitários.

3. Colocando-nos num ponto de vista de estudantes, como é natural que suceda num jornal estudantil ⁽¹⁾, sintetizemos:

— Se o Corpo Docente se mostrar disposto a aceitar as condições enumeradas, melhor será para a Universidade e para o próprio País — a colaboração será, então, sim, uma realidade.

— Mas se essa aceitação não se verificar, não é de afastar, em última análise, uma acção dos estudantes, não contra os Professores, evidentemente, mas à margem deles.

Esta segunda posição é tanto mais de aceitar quanto é certo que, se acreditamos que só o respeito por aquelas bases mínimas de entendimento se revela capaz de servir o progresso da Universidade, não podemos deixar de pensar que quem não as aceite não segue a única via que conduz ao progresso desta instituição. Ora, sendo assim, parece mais legítimo sacrificar o nosso interesse à cooperação — simples meio — do que, persistindo na mesma senda, sacrificar o País — cujo bem-estar, afinal de contas, é o verdadeiro fim a atingir.

E isto muito embora tenhamos perfeita consciência de que a acção estudantil, forçadamente levada a cabo sem o apoio do Corpo Docente, se revela insuficiente

para atingir a meta desejada. É que entre a sujeição (que não leva a nada), e a não-cooperação pura e simples (da qual, ainda assim, poderá sair alguma coisa, por pouca que seja), é de escolher esta última: ao menos conserva-se a liberdade.

JORGE SANTOS

NOTA

⁽¹⁾ — Convém deixar bem assinalado que nunca os estudantes negaram aos Professores legitimidade para a gerência do grémio universitário, nem tão-pouco que lhes assistem direitos próprios, originados em interesses específicos. A inversa, infelizmente, é que se tem verificado, e até por isso não encaramos sequer a hipótese de uma não aceitação das três condições por parte dos Alunos.

depoem

três

estudantes

res. E mais: não me custa sequer aceitar que aos Professores seja concedida uma posição hierarquicamente superior.

No que diz respeito aos interesses dos estudantes e dos mestres, é absolutamente evidente que não são iguais. Claro que

deverá sempre existir um objectivo comum: a própria Universidade. Mas, pelo caminho, quantos interesses parciais, unilaterais, se deparam a uns e outros... Um exemplo: os professores têm interesse em marcar os exames logo para o início de Junho, a fim de começarem as férias mais cedo, para poderem espaçar mais as provas orais, etc. Nós, pelo contrário, temos interesse em que os exames comecem o mais tarde que puder ser, porque queremos aproveitar o tempo para estudar. Parece-me evidente que as coisas se passam mesmo assim: é humano, é natural. Portanto, de que serve negá-lo?

Nesse caso parece que estão comprometidas as possibilidades de cooperação...

ISABEL: É óbvio que não. Penso até que é justamente na medida em que tivermos em consideração esta realidade, que a cooperação se tornará possível. Cooperar é, pura e simplesmente, trabalhar em conjunto, nada mais. Por outras palavras, é, como disse a Leonor, a actuação conjunta de professores e alunos, o desenvolvimento harmónico dos esforços respectivos, o que não significa, naturalmente, que essa actuação se baseie na identidade de pontos de vista sobre os assuntos a resolver.

E em que campos se revela mais frutuosa, mais rica de virtualidades, essa cooperação?

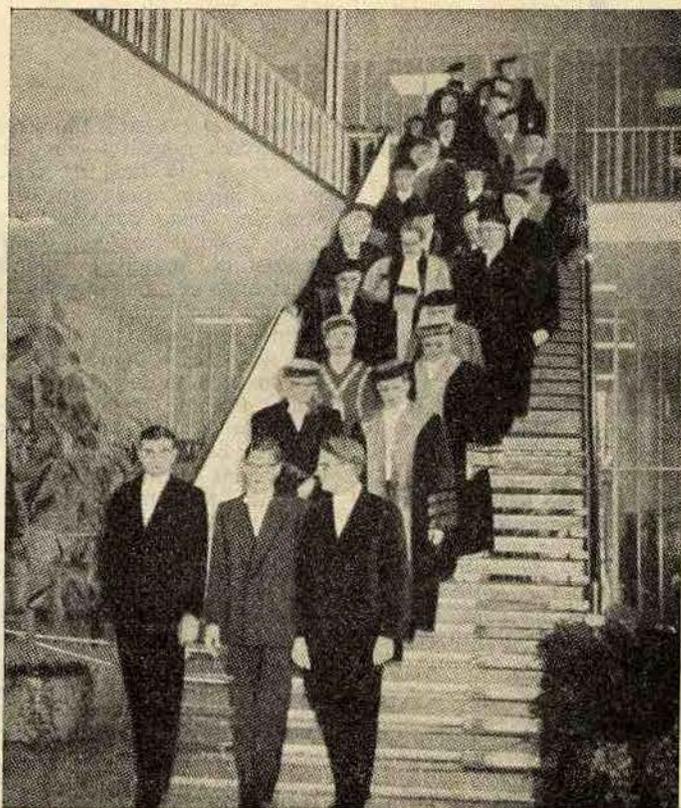
LEONOR: Na prática, em todos. Naturalmente, naquele que mais especificamente se encontra ligado à própria missão da Universidade, isto é, no campo do ensino, a cooperação é bem mais importante. Mas isto não significa que ela seja inútil ou impossível no plano circum-escolar. Claro que aqui os seus contornos são mais esbatidos, a sua delimitação é menos nítida...

Mas não impossível...

LEONOR: Claro que não, e até por isto: embora indirectamente, não há dúvida de que as Associações Académicas prosseguem, a seu modo, os interesses da Universidade. Ora, sendo assim, é de desejar a maior colaboração, o maior apoio do corpo docente às iniciativas estudantis nos assuntos culturais, sociais, etc.

Mas vocês conhecem, evidentemente, a opinião de alguns estudantes para os quais não há nada a lucrar com a cooperação entre os professores e os alunos...

OUTRAS TERRAS OUTRAS GENTES...



Os estudantes e os professores da Universidade Livre de Berlim Ocidental comemoraram o 10.º aniversário daquela instituição

(Continua na pág. 14)

PROF. VIEIRA DE ALMEIDA

ros órgãos representativos dos elementos da comunidade universitária?

Se entendo bem a pergunta, creio que já está respondida. Todos os elementos representativos — incluso o Reitor — deveriam ser de eleição livre e mandato temporário, o que não exclue, naturalmente, pela consistência mesma de uma lei orgânica, a existência de elementos por direito próprio.

— Que outros processos preconiza para uma maior aproximação entre alunos e professores?

Dar ao aluno liberdade de interrogar e expor as suas dúvidas, e o de interromper, claro está, em situações e momentos em que essa pergunta e essa interrupção não fossem de modo algum perturbadoras. Pessoalmente, quando estava em serviço, dei sempre aos meus alunos expressamente essa liberdade. Alguns a usaram. Nunca algum de eles abusou.

— O que pensa de uma democratização da Universidade, entendida esta democratização como a consagração de posições de igual responsabilidade perante os destinos da Universidade?

Creio que não pode haver situações de igual responsabilidade; mas a democratização, se assim quisermos chamar-lhe, uma vez bem realizada e por tempo suficiente vivida uma justa organização universitária, a democratização viria por si.

N. da R. — Ainda a propósito do mesmo assunto, quisemos ouvir um professor da Faculdade de Direito. O sr. Prof. Gomes da Silva e o sr. doutor Castro Mendes, a quem nos dirigimos, não puderam, infelizmente, prestar a sua colaboração, não obstante o interesse que demonstraram pela iniciativa.

NUNO: Pois, mas pessoalmente creio que não têm razão nenhuma. Pelo contrário, essa cooperação justifica-se por várias formas.

Antes de mais, em face da missão da Universidade, que é dupla: formar e informar. Ora, sendo — como penso que é — inaceitável o ensino de tipo catedrático (que é o que temos hoje em dia) por ser, nomeadamente anti-pedagógico, temos como absolutamente necessário um ensino à base de seminários, aulas práticas, colóquios, conferências, etc. E que é isto senão o professor a trabalhar em cooperação com os seus alunos?

Quer dizer: a cooperação deve assentar na própria missão dos professores junto dos estudantes, deve ser um modo de cumprimento dessa missão?

NUNO: Exactamente. Se quiserem, a cooperação é a própria Universidade dinamicamente considerada.

Mas há mais: a própria ideia de Universidade implica, postula a cooperação. De facto, o que é a Universidade? Um corpo uno, composto de mestres e de alunos. Encaremos agora uma situação de divórcio entre uns e outros, e teremos posto em cheque a própria noção que de Universidade temos.

E, finalmente, é preciso ter sempre bem presente a necessidade de comunicação humana, de troca de influências, de permuta de ideias que a juventude sente e que é um dos seus traços mais característicos. Sem cooperar com os professores é impossível dar vazão a este sentimento de busca do semelhante, a esta simpatia pelo professor que, naturalmente, o jovem experimenta.

tante entre os professores e os alunos, uma terrível prova de forças que se choquem constantemente até à vitória final dum desses grupos, até que um deles acabe por se sobrepôr e esmagar o outro. E, ainda assim, será necessário que o grupo vencedor seja o mais desinteressado, o menos «engagê», o mais votado à causa da Universidade... Mas, francamente, não me parece que este seja o processo ideal, quanto mais não for pelas energias que deste modo se esbanjariam inutilmente.

Temos, portanto, que a cooperação, nos moldes em que vocês a definiram, parece absolutamente necessária. Agora, gostaríamos de ouvir as vossas impressões sobre a situação que actualmente se regista.

ISABEL: Actualmente há que confessar, por muito que isso nos custe, que existe um fosso muito largo entre os professores e os alunos.

E por quê?

ISABEL: Fundamentalmente, creio que nem sempre tem havido um verdadeiro espírito de colaboração. Ou melhor: por parte dos estudantes, julgo poder afirmar que pelo menos, há — e tem havido — um desejo sincero de convivência, uma procura constante de oportunidades de cooperação. Mas pelo lado dos professores, francamente, nem sei se ao menos esse desejo haverá. Um caso concreto: todos nós nos lembramos bem do que se passou com a marcação dos exames na nossa Faculdade, no passado ano lectivo. Esses exames, não só foram marcados sem consulta prévia dos alunos — como se impunha, perante um

sembleia Geral Ordinária, a de Novembro, foi aprovada uma moção em que se propunha ao Conselho Escolar a criação imediata de uma comissão de professores e de alunos, encarregada de elaborar a tempo e horas e a contento de todos o mapa de exames para este ano. Até agora, não tenho conhecimento de que essa comissão tenha sido constituída...

Concluindo: em face de tudo isto, estou em crer que a responsabilidade pela situação actual cabe muito mais aos professores do que aos estudantes. E o que é mais: essa responsabilidade é tanto maior quanto ao corpo docente, até pela função formativa que lhe é própria, competiria dar os bons exemplos.

LEONOR: Fundamentalmente, concordo com a Isabel. De facto, o panorama geral é de dominação de um grupo pelo outro, de domínio dos professores sobre os alunos, e esta situação já há pouco a critiquei em tudo quanto ela representa de estado de luta e incompreensão latentes.

Todavia, é da mais elementar justiça destacar os esforços que alguns Professores têm feito no sentido de se aproximarem de nós, e que nos dão a ideia de que, embora em grau muito pequeno, embora muito vaga e raramente, há por vezes esboços de cooperação. Atente-se, nomeadamente, na criação de seminários, pelos Profs. Galvão Teles e Paulo Cunha, e na atitude de constante atenção aos alunos que caracteriza o Doutor Castro Mendes.

Gostaríamos, agora, de nos dirigir especialmente ao Nuno. De facto, na tua qualidade de aluno do 1.º Ano, recém-chegado à Faculdade, não deves sentir-te muito habilitado a responder di-

depõem três estudantes

Vocês estão de acordo com o Nuno, quando ele defende a necessidade de cooperação?

LEONOR: Absolutamente: se o fim a atingir é idêntico, ela impõe-se por si.

ISABEL: Eu também concordo com ele. Acho até que pôs muito bem o problema, porque se não for assim teremos a cisão duma entidade essencialmente unitária em dois compartimentos estanques, quase repulsivos. Que tem isto a ver com a Universidade?

NUNO: Se me permitem, apenas mais uma observação: bastaria atentar nos resultados que a Universidade tem obtido, vivendo no sistema actual, para quase concluir, por negação, que a cooperação é absolutamente necessária.

Em face da vossa unanimidade, ocorre-nos pôr outro problema, que é este: Suponhamos que não obstante todos os esforços que nesse sentido se façam, não é possível assegurar, em definitivo, essa atmosfera de colaboração. É legítimo perguntar-se, mesmo assim, os fins da Universidade poderão ser alcançados...

LEONOR: Eu penso que sim. Mas só mediante uma luta cons-

problema que a estes tão directamente dizia respeito — como ainda por cima, em face da reacção destes áquilo que consideravam uma ilegalidade, os Professores responderam com manifestações de dignidade ofendida, mostrando-se melindrados — sobretudo melindrados — com os termos utilizados pela Direcção da Associação Académica, isto é, com o facto de a Direcção ter dado o nome de ilegalidade à violação da lei. Não vou agora discutir o fundamento dessa atitude, mas apenas pergunto: era mesmo isso o mais importante? Não teria valido mais a pena ladear esta questão de pormenor — se é que de verdadeira questão se tratava — e, em conjunto, analisar o fundo do problema? É que a verdade é esta: que os exames tivessem sido marcados em desrespeito pela lei, nunca foi pública e oficialmente desmentido — e, pelo contrário, até se chegou a dizer que esse respeito era impossível de se verificar na prática. Agora, que nós disséssemos que a lei tinha sido violada, isso é que parece ter sido verdadeiramente inadmissível!...

E há mais, muito mais exemplos que ilustram bastante bem o pouco interesse em cooperar que penso existir por parte do corpo docente. Basta recordarmos-nos de que na última As-

rectamente à pergunta feita sobre a situação actual. Por isso, pensamos que te será mais fácil — e não menos interessante para os leitores — apresentar-nos um testemunho pessoal, baseado na experiência que estás a viver. Mais concretamente: quais as tuas primeiras impressões da Faculdade?

NUNO: Efectivamente, prefiro responder à pergunta formulada nestes novos moldes. Ora bem: o aluno liceal, durante os primeiros anos, vê no professor um ser quase intocável, distante, um «bibelot» no qual, por ter demasiado valor, se não pode mexer, coroado com uma auréola de infalibilidade e suma sabedoria. Mais do que respeito, sente por ele verdadeiro temor.

Por volta do 5.º Ano, dá-se uma mudança. O aluno começa a convencer-se de que o mestre é capaz de compreender os seus problemas, de o auxiliar, de o amparar, e então iniciam-se timidamente, quase a medo, os primeiros contactos.

Já existe então uma cooperação, um trabalho em comum?

NUNO: Não, ainda não. Contactos, simples contactos, é o que é. E por isso, ao entrarmos na Universidade julgamos que

esta evolução que se vinha esboçando se vai completar, isto é, julgamos vir encontrar nos Professores aquele desejo, até aí apenas entrevisto, de estreitar os contactos, de dar maior intimidade às relações, de cimentar uma amizade.

E dá-se então um choque tremendo! Quando deparamos com a barreira da cátedra, quando verificamos a distância que separa os professores dos estudantes, quando descobrimos — ou redescobrimos — a timidez agrihoante perante o professor, sentimos um terrível sentimento de frustração: voltámos atrás, sete anos atrás...

Para terminar a nossa conversa, uma última questão: quais vos parecem ser as perspectivas de futuro?

ISABEL: É absolutamente evidente que, tendo a situação actual as suas causas, enquanto estas subsistirem essa situação não mudará.

De facto, enquanto o sistema de recrutamento do corpo docente se mantiver como até aqui, enquanto não fôr instituído o sistema de professores «full-time», com ordenados compatíveis com essa qualidade, enquanto se mantiver a actual dificuldade de contactos entre os mestres e os alunos — isto é, enquanto a estes não for concedido o direito de participarem nos Conselhos Escolares, no Senado Universitário e (pelo menos no que toca à Universidade Clássica) na Assembleia Geral da Universidade — enquanto tudo isto que exemplificativamente apontei não for banido de vez da Universidade Portuguesa, é inútil esperarmos qualquer cooperação válida e eficiente. Como, aliás, se tem exuberantemente provado...

E pois necessária uma reforma estrutural da Universidade. Tudo o mais que se possa fazer — e é bastante, desde colóquios entre professores e alunos sobre os mais variados temas respeitantes ao ensino universitário, até à criação de comissões mistas para estudo de assuntos determinados (como, por exemplo, aquela a que já me referi para elaboração do mapa de exames do ano lectivo de 1961-62) — não poderá solucionar cabalmente o problema, e apenas fornecerá algumas achegas, sempre valiosas, em todo o caso, para um maior entendimento entre todos nós. Mas nada mais do que isso.

NUNO: Concorro com o que a Isabel disse; enquanto as causas do mal não forem atacadas, é óbvio que não podemos esperar que a barreira que nos separa dos Professores — até nos interesses, que deviam ser comuns e que, efectivamente, não o são — não podemos esperar, dizia eu, que essa barreira seja desfeita.

Em todo o caso, devo dizer que, para já, deposito alguma esperança — não muita, mas alguma, de qualquer modo — nas S. E. J., porque na medida em que elas sejam frequentadas também pelos professores, desses contactos poderão sair os primeiros passos para uma cooperação autêntica.

Apenas os primeiros passos?

NUNO: Claro, porque a essas relações que então se não de estabelecer, eu não posso chamar cooperação: estaremos perante uma convivência e um trabalho conjunto de elementos isolados, nunca de dois corpos enquanto tais. Se se quiser uma cooperação a sério, deixem-nos primeiro

entrar para os Conselhos Escolares e para o Senado Universitário.

E podem apresentar algumas iniciativas que em concreto são susceptíveis de ser tomadas no sentido duma maior aproximação mútua?

NUNO: Não. Sabes... é que não quero repetir tudo aquilo que tantos e tantos estudantes vêm dizendo de há anos para cá. Apenas formularei uma ideia, na qual todas as outras se fundem: participação estudantil na gestão universitária.

LEONOR: Antes de mais, julgo extremamente importante frisar um ponto que ainda não vi abordado: é que haverá também que ter em atenção o sistema de recrutamento dos alunos. Quero dizer: é preciso que ele seja organizado de tal modo que os estudantes universitários deixem de ter a mentalidade estreita de olhar para a Universidade como um meio de obterem um «canudo» e nada mais. Sinceramente, acho que é tempo de termos a coragem de confessar que também temos algumas culpas no cartório!...

Quanto a iniciativas concretas...

LEONOR: Bem, quanto a iniciativas concretas, poderei sugerir várias. Por exemplo: é absolutamente necessário trocar impressões com os professores a propósito dos assuntos de interesse comum, para o que os delegados de curso devem desenvolver os maiores esforços a fim de que as turmas contactem com os seus mestres. Concretamente, poderia haver uma reunião mensal, na Faculdade, entre cada curso e um professor. Se esta ideia fosse impraticável, por qualquer razão, poderiam aproveitar-se os intervalos entre as aulas para troca de impressões entre os professores e grupos de alunos, tal como o Prof. Cavaleiro de Ferreira tem propugnado e posto em prática.

Mais medidas concretas que poderão basear uma cooperação eficiente — e sem pretender esgotar o assunto: participação estudantil nos Conselhos Escolares e no Senado Universitário; aumento do número de professores e de assistentes (o que aumentaria a possibilidade de trabalhos em equipe); aumento do número de bolsas de estudo (o que permitiria um melhor recrutamento de alunos, não só qualitativamente — os melhores — como quantitativamente — através do alargamento das bases económicas de recrutamento estudantil); reforma do próprio ensino, com seminários, professores «full-time», em suma, com uma maior permanência de professores e Alunos na Faculdade, o que possibilitaria um frutífero convívio no trabalho diário.

*

E tínhamos chegado ao fim do nosso encontro. Despedindo-nos dos nossos colegas e agradecendo a sua colaboração, ficámos mais uma vez convencidos de que o corpo discente deseja uma aproximação fecunda com o corpo docente. A este cabe agora a palavra.

J. S.

[N. da R. — «Quadrante» desejaria, também, ter ouvido o colega Pedro Feitor Pinto, e para tal o convidou. Infelizmente, porém, o Director da Secção Social, assoberbado com o seu trabalho, não pôde entregar-nos a tempo a sua colaboração — que preferira escrever. — factó de que se dá conta aos nossos leitores.]

A UNIVERSIDADE

ção universitária autêntica, que não existe mas em que acredita, com o movimento da classe dos estudantes, que luta por uma ordem justa em que, francamente, não crê.

Escolas Superiores de Lisboa, quer dentro delas, quer ao plano da Universidade?

Se não se confundir o Estado Corporativo com o Corporativismo de Estado e se se souber

e as corporações universitárias

Pelo que respeita às Universidades de Lisboa, tem-se falado da impossibilidade de admitir a participação dos estudantes nos Conselhos Escolares e nos Senados Universitários.

Não nos precipitemos a contestar a verdade desta afirmação, já que ela não pretende mais do que significar que tais órgãos magistras têm hoje funções que não podem caber a estudantes. Contestaremos sim, é a afirmação de quem, partindo da ideia de que ao mestre basta a existência do aluno, considere inútil alargar as funções dos Senados Universitários e dos Conselhos Escolares de modo a que neles se não descurem os assuntos que, interessando aos estudantes merecem ser por estes apreciados, embora a sua justa resolução dependa também do apoio do corpo docente. Numa corporação autêntica, não importa o nome das instituições de base mas as funções que sustentam e justificam toda a estrutura.

E não há dúvida de que, se os estudantes não são competentes para intervir, por exemplo, na escolha dos temas para doutoramento dos seus professores, já o são para resolver com a colaboração esclarecida e experiente dos mestres, problemas relacionados com as suas legítimas aspirações culturais ou seja com tudo aquilo que, de qualquer modo, contribua para impedir que a «sebenta» e o «exame» sejam as únicas instituições que subsistem no clima de desconfiança das Universidades de Lisboa.

Mas, além da questão do encontro de mestres e alunos, há a questão da organização de uns e de outros em ordem à prossecução de fins específicos.

Quanto aos professores, embora não pareça extraordinário, ainda se mantêm organizados dentro da Universidade, melhor diríamos, deixam-se organizar, quando é certo que muitos deles não sabem a que Universidade pertencem nem por que pertencem.

Destas confusões, os estudantes, por serem os menos esclarecidos, são também os menos culpados, mas não há dúvida de que são as únicas vítimas.

— Poder-se-á, entretanto, ignorar, para além do simples desejo, a vantagem da organização legal dos estudantes de algumas

quais os efeitos que situações pouco claras e atitudes de negação cega e sistemática geram em espíritos jovens, estamos certos de que os problemas apontados terão justa solução no reconhecimento, por parte das autoridades, do que, nas nossas Universidades, existe de válido.

Estamos certos, por outro lado, que serão facultados aos responsáveis pela cultura geral portuguesa, os meios para desempenharem, com dignidade e devoção, a alta missão de que, afinal, depende a subsistência de uma Nação. Nada justifica que a cultura continue a ser, para tantos, ocasião de endurecimento revolucionário e, para tantos outros, um motivo de orgulho burguês, afinal a causa da desagregação social e não o instrumento de recíproca compreensão.

QUADRANTE

Publicação não periódica

DIRECTOR

Modesto Pereira

EDITOR

Isabel Gentil

ADMINISTRADOR

Nuno Santos

REDACTORES

Francisco Ferreira Gomes

Jorge Liz

Jorge Santos

Vasco Graça Moura

Arranjo gráfico

Francisco Ferreira Gomes

Composição e impressão:

Of. da Editorial Minerva

A. A. F. D. L.

N.º 10 FEVEREIRO 1962

Cerca de mil e trezentos atletas universitários, de trinta e três países, viveram uma semana febril e grandiosa, em Sofia, na Bulgária, participando em torneios de atletismo, esgrima, natação, water-polo, ténis, basquetebol, voleibol e ginástica, por ocasião das Universiadas de 1961.

O sucesso dos Jogos Universitários de Verão da F. I. S. U. (Federação Internacional do Desporto Universitário) deve-se, em grande parte, ao espírito de organização demonstrado pela União Desportiva dos Estudantes Búlgaros, a «Akademik», e ao esforço caloroso das autoridades e da população búlgara em acolher os participantes, em assegurar as melhores condições possíveis para a reunião. Ter-se-á uma ideia do esforço desenvolvido com a soma dispendida com os Jogos: aproximadamente um milhão de dólares. Fora especialmente construído, para os Jogos, um Palácio das Universiadas, onde se desenvolveram os jogos de basquetebol. A cidade de Sofia tinha um aspecto de festa, com dísticos, cartazes e enormes painéis em honra das Universiadas. Em todas as lojas, nos autocarros e nos carros eléctricos, flamejavam as cores das Universiadas, cuja insígnia aparecia estampada até nos objectos de uso corrente como maços de cigarros, caixas de fósforos, etc.

A cerimónia de abertura, simultaneamente simples e grandiosa, deu o tom a todas as manifestações. O acolhimento caloroso então feito aos participantes prolongou-se ao longo dos Jogos e o enorme interesse de um público conhecedor constituiu um poderoso estímulo para os atletas.

O programa era mais duro do que o dos Jogos de 1959, porque se assistiu, pela primeira vez, a competições de ginástica

entre equipas masculinas e femininas e a encontros femininos de volei e de basquete. A Rússia, a Bulgária, a Polónia, a Roménia, a República Federal Alemã e a Checoslováquia, com representações, respectivamente, de 106, 185, 109, 94 e 85 atletas, eram as equipas mais fortes, e a elas couberam, naturalmente, os melhores resultados.

Mas é justo, também, realçar outras equipas que se distinguiram nalgumas provas: o Japão (67 atletas) e a Hungria (68) classificaram-se para as finais dos Jogos. As equipas mais fracas eram as do Brasil (16 atletas), Ceilão (3), Cuba (25), Ghana (4), Indonésia (32), Israel (14) e Portugal (5).

Não obstante a presença de alguns atletas de renome internacional, o nível geral dos Jogos não atingiu a escala dos atletas profissionais. Algumas finais foram ganhas com demasiada facilidade e não se assistiu a competições renhidas e apaixonantes. No entanto, é de notar que foram batidos alguns recordes: dois mundiais, uma série enorme de recordes dos Jogos e, finalmente, imensos recordes nacionais. Os resultados mais brilhantes foram conseguidos por atletas laureados. Brumel, da União Soviética, bateu o record mundial do salto em altura, fixando-o em 2,25 metros. Piontkowsky, da Polónia, bateu o record universitário masculino do lançamento do disco, arremessando-o a 59,15 metros. O famoso Kouznetzov venceu brilhantemente o decatlo com 7918 pontos, enquanto o segundo classificado alcançou apenas 6226 pontos. A recordista mundial Tamara Press, da União Soviética, distinguiu-se particularmente, não só ao bater vários recordes universitários, mas principalmente ao estabelecer novo record mundial do disco com um lança-

mento de 58,06 metros. A União Soviética dominou também no salto em comprimento com Ter Ovanessian, que bateu o record universitário com um salto de 7,90 metros.

Se nos concursos se verificou uma esmagadora superioridade dos atletas soviéticos, polacos e romenos, já os recordes das provas de pista se repartiram por numerosos países. Figuerola, de Cuba, estabeleceu um novo record universitário dos 100 metros, percorrendo a distância em 10,3 segundos. A alemã Gleifeld estabeleceu novo record dos 800 metros com 2 minutos 7 segundos e 7 décimos. Mas a grande descoberta das Universiadas foi o italiano Salvatore Morale que bateu o record dos 400 metros barreiras fixando-o em 50 segundos. Roland Delaney, da Irlanda, ganhou a final dos 800 metros, em 1 minuto 51 segundos e 1 décimo.

Nas provas masculinas de natação assistiu-se a um festival da equipa japonesa. Além das medalhas de ouro dos 100 e 400 metros livres, dos 100 metros costas, dos 200 metros mariposa e de duas estafetas, os japoneses ganharam igualmente as medalhas de prata e de bronze de todas as outras provas de natação.

Este ano, o grande vencedor dos Jogos foi, sem dúvida, a União Soviética que ganhou 52 medalhas, das quais 21 de ouro. A Roménia, a República Federal Alemã, o Japão e a Hungria seguiram-se-lhe com, respectivamente, 21, 19, 18 e 18 medalhas. Deste modo, depois de se ter classificado em terceiro lugar nas Universiadas de 1959, em Turim, atrás da Itália e da Alemanha, a União Soviética não só conquistou o primeiro lugar como o maior número de medalhas jamais conseguido nos Jogos Universitários.

A Assembleia Geral da F. I. S. U., reunida após os Jogos, decidiu que as próximas Universiadas se realizem no Brasil. Os participantes e os espectadores unanimemente concordaram em louvar a F. I. S. U. que, mais uma vez, organizou uma manifestação desportiva de grande classe.

[de «L'étudiant»
vol. V, n.º 12, 1961]

EDITORIAL

podem e devem distinguir aqueles que ensinam e aqueles que aprendem. Simplesmente, a uns e outros foi a missão da instituição confiada. De uns e de outros depende que a sua finalidade própria seja alcançada. Uns e outros são, pois, responsáveis. E a existência de uma cooperação válida entre professores e alunos condiciona o surto de uma verdadeira comunidade universitária, sem a qual não se vê como seja possível falar-se em «mentalidade universitária».

Parece, pois, estar fora de discussão que essa cooperação seja necessária, indispensável. Mas temos de nos entender sobre o que seja «cooperação».

É preciso, sobretudo, evitar a tentação de a assimilar ao servilismo, à subserviência. Tais estados de espírito são incompatíveis com a qualidade de universitário.

A cooperação é necessária, mas o fosso existe. Factos recentes, como a exclusão quase total dos estudantes do acto solene de inauguração do novo edifício da Reitoria ou como a exclusão total dos estudantes da gestão do Restaurante Universitário, aí estão a comprová-lo plenamente. Tais factos, que num plano teórico parecem revestir-se de um significado de extraordinário relevo na vida académica, vieram na prática a ser transformados não se sabe bem em quê.

A Universidade há-de um dia ser, finalmente, «uma cousa de Verdade, de Justiça e de Utilidade». O nosso generoso esforço de jovens e de universitários orienta-se nesse sentido. E, embora os estudantes não desistam de reclamar uma cooperação necessária, sempre que ela não existir, não se nos depara outra alternativa senão caminhar pelos próprios meios.

Mesmo sem cooperação, a caravana há-de prosseguir a sua marcha.

sofia:

UNIVERSIADAS 61

